

PREGÃO ELETRÔNICO

90027/2026

CONTRATANTE (UASG)

(Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo - 91301)

OBJETO

Contratação de Serviços de Fornecimento e Instalação de Sistema de Monitoramento de Temperatura e Manutenção

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso, nos termos do art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 26/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	14
11. DOS RECURSOS	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	18

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE – HEMOCENTRO DE SÃO PAULO |**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90027/2026**

(Processo Administrativo nº 269.00000441/2026-07)

Torna-se público que o(a) Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo, por meio do(a) Divisão de Suprimentos, Contratos e Patrimônio, sediado(a) Rua Dr. Ovídio Pires de Campos, 225 -2º andar – Complexo do Hospital das Clínicas, Cerqueira César, São Paulo - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de Serviços de Fornecimento e Instalação de Sistema de Monitoramento de Temperatura e Manutenção**, enquadrando-se como serviços comuns contínuos, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, e não definidos como serviços de engenharia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem. |

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o único grupo, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam

configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de

indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5. |

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no *caput* do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico licitacaofps@prosangue.sp.gov.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação | no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: licitacaoofps@prosanguel.gov.br.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.compras.gov.br ou www.prosanguel.gov.br, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis,

comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.
- 14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.
- 14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.
- 14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.
- 14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.compras.gov.br ou www.prosangue.sp.gov.br.
- 14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.
- 14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:
- 14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;
 - 14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
 - 14.16.3. ANEXO III – Portaria PRE nº 7 de Penalidades;
 - 14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;
 - 14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração;
 - 14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;
 - 14.16.7. ANEXO VII – Índice de Avaliação do Balanço Patrimonial;
 - 14.16.8. ANEXO VII – Portaria PRE nº 2 – Código de Conduta e Ética;

Dra. Marina Megale
CPF nº: 219.598.258-60

|

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ESP-FUND. PRO-SANGUE HEMOCENTRO SP

Termo de Referência 32/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
32/2026	91301-ESP-FUND. PRO-SANGUE HEMOCENTRO SP	VANESSA DE FARIAS PEREIRA	08/05/2026 08:45 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		269.00000441/2026-07

1. Definição do objeto

1.1. **Contratação de serviços de fornecimento e instalação de sistema de monitoramento de temperatura e manutenção**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
GRUPO I						
1	Sistema de monitoramento de temperatura	613203	Unidade	1	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021	
2	Serviço de manutenção	16314	Unidade*	12	Sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021	
Observação: *Devido a limitação do Sistema a Unidade de Fornecimento “Unidade” equivale a “Mês”						

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **24 (vinte e quatro meses)**, contados da data de início da operacionalização do Sistema, após a sua devida instalação, **sendo os 12 (doze) meses iniciais, relativos à garantia do fornecimento do Sistema indicado no item 01**, e os **12 (doze) subsequentes**, relativos aos **serviços de manutenção indicados no item 02**, os quais poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sem predominância de mão de obra, tendo em vista que engloba os serviços de manutenção corretiva e preventiva continuada do sistema de monitoramento de temperatura adquirido, que é indispensável ao funcionamento ininterrupto das atividades hemoterápicas, especialmente para o controle da cadeia do frio e dos ambientes técnicos. Trata-se de serviço cuja interrupção pode comprometer a integridade dos hemocomponentes, a segurança transfusional e o atendimento às exigências da RDC nº 34/2014 da ANVISA e da Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, que determinam o monitoramento contínuo de temperatura e a adoção de sistemas de alarme para prevenção de não conformidades, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que não há razões para o emprego anual dos custos empregados

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundação Pró-Sangue é responsável pela gestão de Agências Transfusionais com funcionamento ininterrupto, inseridas em hospitais de alta complexidade, o que exige rigoroso controle de qualidade e segurança nos processos relacionados ao armazenamento, manipulação e transporte de hemocomponentes.

Nesse contexto, considerando as exigências normativas quanto ao controle de temperatura e à necessidade de monitoramento contínuo da cadeia do frio e de ambientes técnicos, evidencia-se a necessidade de aquisição de sistema de monitoramento de temperatura em tempo real, com registro contínuo e emissão de alarmes para não conformidades.

Ressalta-se que o sistema atualmente utilizado encontra-se obsoleto, sem possibilidade de atualização e com indisponibilidade de peças de reposição, comprometendo a confiabilidade dos registros e a adequada garantia da qualidade dos processos, podendo acarretar riscos à integridade dos hemocomponentes e à segurança transfusional.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a conformidade com a legislação vigente, bem como garantir a integridade dos hemocomponentes, a segurança transfusional e a mitigação de riscos operacionais, em atendimento à RDC nº 34/2014 da ANVISA e à Portaria de Consolidação nº 05/2017 do Ministério da Saúde, que estabelecem requisitos para armazenamento, controle e monitoramento de temperatura, incluindo a obrigatoriedade de sistemas de alarme, de modo a prevenir danos decorrentes de variações térmicas e assegurar a qualidade e segurança dos produtos.

A contratação do sistema de monitoramento de temperatura em conjunto com o serviço de manutenção, por grupo, justifica-se pela natureza integrada da solução, que envolve fornecimento, instalação e manutenção.

Ressalta-se que a manutenção deve ser realizada pelo próprio fornecedor/fabricante, em razão da especificidade técnica, acesso a configurações proprietárias e garantia de compatibilidade. A contratação de fornecedores distintos pode gerar incompatibilidades técnicas e comprometer a continuidade e a confiabilidade do monitoramento.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 52030830000165-0-000001-2026 ;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025 ;

III) Id do item no PCA: item 1 – 497; item 2- 498;

IV) Classe/Grupo: item 1 – 6685; item 2- 871;

V) Identificador da Futura Contratação: 91301-360/2026.

3. Descrição da solução

3.1. Descrição Técnica:

O Sistema de monitoramento remoto de temperatura e umidade deve ser composto de:

1. Sistema de aquisição e transmissão de dados (temperatura e umidade);
2. Pontos de acesso, equipamentos que recebem os sinais do Sistema de aquisição e transmissão de dados via rádio e transmite tais informações através da rede Ethernet;
3. Central de monitoramento, onde são visualizados todos os pontos monitorados remotamente;
4. Software de gerenciamento para o monitoramento remoto de temperatura e umidade;
5. Instalação, validação, qualificação e entrega do sistema.

3.2 **Escopo de fornecimento**

3.2.1. **Sistema de aquisição e transmissão de dados**

Esse Sistema é composto de um datalogger, coletor de dados ou registrador de dados, cuja função é receber os dados no formato digital da sonda de temperatura ou umidade e transmiti-los para o Ponto de acesso.

As sondas normalmente recebem sinal analógico de um sensor de temperatura instalado no equipamento a ser monitorado e converte os mesmos em sinais digitais que são enviados para o datalogger, coletor de dados ou registrador de dados.

As características desse sistema devem atender os requisitos abaixo:

- As sondas a serem fornecidas deverão ser do tipo digital e intercambiável, permitindo dessa forma a calibração e rastreabilidade das mesmas, independente do Datalogger, coletor ou registrador de dados. O sistema existente atualmente possui sondas analógicas, que quando temos da movimentação física ou transferência da sonda para outro equipamento, ou pela substituição do sensor ou da própria sonda, faz-se necessário uma nova calibração do conjunto (sensor + sonda), o que implica numa paralisação do monitoramento do equipamento por períodos longos pois a empresa que executa a calibração trabalha com cronograma pré definido, sendo necessário encaixe para o atendimento, sendo que com as sondas digitais propostas, no caso das armazenarem a calibração e outros dados necessários. Portanto para esta demanda, não serão aceitos sondas analógicas;
- Os dataloggers, coletor de dados ou registrador de dados, devem ter comunicação sem fio de longo alcance LoRa (Long Range) ou protocolo próprio do fabricante, sendo vedada a utilização para esse fim de transmissão via Wi-Fi ou Bluetooth, haja vista que atualmente na instituição já ocorrem problemas sérios com as redes Wi-Fi existentes, tanto a nível de interferências, quanto ao alcance da transmissão, o que faz com se utilize mais equipamentos Wi-Fi para a obtenção dos resultados necessários ao perfeito funcionamento do sistema. Esse aumento de equipamentos para suprir a necessidade, também aumenta a necessidade de infraestrutura para a instalação dos equipamentos, quer tanto na parte elétrica como na parte de rede de dados. O sistema proposto, por ter cobertura de longo alcance e utilizar pilhas /baterias para alimentação, evita a instalação de infraestruturas para elétrica e dados, custo esse sempre elevado e que sempre causa transtornos operacionais nas áreas onde serão implantadas, além de reduzir a quantidade de equipamentos necessários para o perfeito funcionamento do sistema.
- Os dataloggers, coletor de dados ou registrador de dados, devem ser alimentados através de pilhas ou baterias internas, a fim de facilitar a instalação das mesmas, bem como movimentação dos equipamentos monitorados. Tais pilhas ou baterias deverão ser de fácil aquisição no mercado nacional e deverão ter uma autonomia mínima de 12 (doze meses), sendo inicialmente fornecidos pela CONTRATADA;
- O sistema de aquisição de dados deve permitir o monitoramento do nível de carga da pilha/bateria via sistema, mostrando essa indicação na Central de monitoramento;
- As sondas devem permitir a utilização de sensores externos e/ou internos, observando sempre que os mesmos normalmente devem trabalhar imersos em solução de glicerina (glicerol) no interior dos equipamentos;
- A taxa de aquisição de dados deve ser configurável em intervalos de 01 (um) minuto entre aquisições, sendo o padrão adotado de 05 (cinco) minutos e o intervalo máximo de transmissão para a Central de monitoramento de 15 (quinze) minutos;
- Os dataloggers, coletor de dados ou registrador de dados devem ter capacidade de armazenamento interno de, no mínimo, 10.000 (dez mil) registros;
- A exatidão desse sistema para a temperatura deve ser de +/- 0,5°C para a faixa de - 20°C a +40° C e +/- 1°C para a faixa de -90°C a -21°C, utilizando-se o critério da incerteza expandida;
- A exatidão desse sistema para a umidade deve ser de +/- 10%, utilizando-se o critério da incerteza expandida baseada na legislação específica para serviços de hematologia e hemoterapia;
- A resolução desse sistema deve ser de 0,1°C e/ou 1% UR
- O sistema deve permitir medições de temperatura na faixa compreendida entre 90°C negativos a 40°C positivos;

- A faixa de medição desse sistema para umidade deve ser de 0% a 100% UR
- O sistema de aquisição de dados deve ter alcance via rádio, de no mínimo 30 (trinta) metros no interior de edifícios de alvenaria;
- O sistema de aquisição de dados deve permitir na sua configuração IP estático (fixo) e não somente DHCP (dinâmico);
- Os componentes desse sistema devem ter homologação da ANATEL;
- Manual de operação em português;
- Caso a sonda perca a comunicação com o Ponto de Acesso, este deverá ter a capacidade de enviar os dados novamente assim que o Ponto de Acesso for restabelecido.

3.2.2. **Ponto De Acesso**

Os Pontos de acesso, Gateway ou Base, devem apresentar, no mínimo, as características abaixo:

- Total compatibilidade com o sistema de aquisição e transmissão de dados adotada;
- Possibilitar enlace com os sistemas de aquisição de dados em distância maior que 30 (trinta) metros em áreas edificadas
- Deverão enviar os dados para o servidor via link dedicado fornecido pela CONTRATANTE através de cabo de rede ou link externo, mas interligado com a central, quando for o caso;
- Quaisquer falhas ocorridas nos Pontos de acesso deverão ser sinalizadas na Central de monitoramento via alarme sonoro, visual ou ambos;
- Os equipamentos devem estar homologados pela ANATEL;
- Manual Técnico e de operação em português;
- O número de equipamentos de Ponto de Acesso necessários para suportar todo o escopo deste projeto será de responsabilidade da CONTRATADA, considerando que as tecnologias e alcances podem variar de acordo com o fornecedor do equipamento.

3.2.3 **Central de Monitoramento**

A Central de Monitoramento é a interface homem-máquina, constituída por 02 (duas) Smart TV de, no mínimo, 75 polegadas, LED, resolução 4K, para indicação em tempo real de todos os pontos monitorados, 02 (dois) computadores completos, com capacidade de processamento e armazenamento suficientes para que seja possível o colaborador acessar tal sistema e notificar ações realizadas. A configuração mínima exigida para os computadores a ser fornecida pela CONTRATADA será:

- Processador Intel Core i7;
- 8GB de Memória;
- HD SSD 500MB;
- Monitor LED 24";
- Garantia mínima de 12 (doze) meses;
- Sistema operacional Windows 11 Professional em Português ou superior.

Ambos os computadores deverão ser alimentados por nobreak dedicado, com capacidade para manter o(s) equipamento(s) por no mínimo 15 (quinze) minutos, que deverão ser fornecidos sem ônus adicional.

3.2.4. **Software De Gerenciamento**

O Software utilizado deve atender, no mínimo, os seguintes requisitos:

1. Permitir a transferência de propriedade à Contratante sem custos adicionais e futuros;
2. O software de gerenciamento deverá ser do mesmo fabricante de todos os demais componentes do sistema de monitoramento. Tal exigência visa à garantia de total compatibilidade entre os componentes envolvidos e impedir descontinuidade futura de qualquer parte do sistema;
3. Ser validável conforme FDA 21 CFR Part 11 e Guia de validação de sistemas computadorizados da ANVISA;
4. Ser compatível com o sistema operacional Windows Server 2022 ou superior;

5. Permitir o trabalho com múltiplos projetos (plantas dos locais);
6. Permitir a visualização e a operação remota do sistema;
7. Interface de operação independente através de navegador web;
8. Permitir a visualização geral de todas as sondas, em tempo real;
9. Permitir a visualização de histórico de temperatura, alarmes e umidade, através de gráficos e tabelas;
10. Permitir ao usuário ter acesso aos alarmes gerados e possibilitar a baixa e justificativa de cada alarme através de justificativas pré-gravadas. Tal ação visa uma melhor análise estatística através de dados padronizados;
11. Não permitir encerrar um alarme sem a devida justificativa selecionada;
12. Receber e atualizar os dados de todas as sondas em intervalos de pelo menos 05 (cinco) minutos, mediante a recepção de dados via intranet/internet;
13. Permitir a configuração de alarmes para cada sonda;
14. Permitir configurações de parâmetros, especialmente de calibração das sondas;
15. Permitir a criação de múltiplos usuários com diferentes níveis de autorização através de login /senha;
16. Exportar os históricos de dados de temperatura, alarmes e umidade para possível interfaceamento com o sistema da CONTRATANTE em formatos txt, xls, csv ou pdf;
17. Ter a capacidade de elaboração de Relatórios Gerenciais por ponto, grupo de pontos ou global, por períodos determinados;
18. Gerenciar níveis de sinal e nível de carga de bateria de cada sonda, alarmando quando necessário;
19. Possuir capacidade de agendamento de backup dos dados de maneira automática com períodos definidos pelo utilizador;
20. Garantir a segurança das informações através de níveis de segurança e controle de acesso, incluindo a criptografia dos dados;
21. Permitir a gravação de dados no servidor dedicado fornecido pela CONTRATADA
22. Ter a capacidade de enviar alarmes por e-mail a diversos usuários / clientes;
23. Ter a capacidade de enviar relatórios padronizados por e-mail a diversos usuários / clientes (relatório de todos os eventos, somente os alarmes, somente de uma área específica, dentre outros de características similares);
24. Ser responsivo para que seu acesso possa ser realizado via notebook, tablet ou celular para visualização dos dados do sistema;
25. Realizar as boas práticas da ISO 27.001:2022 no que envolve a segurança da informação;
26. Possuir trilha de auditoria de todas as ações realizadas no sistema;
27. Possibilitar configuração dos endereços de rede fornecidos pela CONTRATANTE, haja vista que serão endereços distintos, porém, interconectados com a central onde o software estará sendo executado;
28. Possuir a capacidade de receber dados de, no mínimo, 300 (trezentas) sondas de temperatura e umidade;
29. Permitir a comunicação entre os Pontos de Acesso ou diretamente dos sistemas de aquisição de transmissão de dados, quando for o caso;
30. Ter a capacidade de inserir plantas baixas dos ambientes para melhor visualização dos pontos de monitoramento na tela;
31. Obrigar a identificação do usuário que está inserindo as justificativas dos alarmes;
32. Preferencialmente ter a capacidade de vincular o usuário de acesso ao Active Directory (AD) da CONTRATANTE;
33. Não permitir a mudança de identificação visual do alarme para “não alarmado” caso o item monitorado não esteja dentro da temperatura especificada no monitoramento seguinte ou alarmar novamente caso o fato volte a ocorrer;
34. Permitir a criação de alarmes ilimitados por cascata de eventos, possibilitando configurar e adicionar alarmes para serem enviados por email ou sonoros. As configurações devem permitir o ajuste de disparo por tempo entre cada situação dos alarmes (Ex.: primeiro sonoro/visual, segundo email);
35. Manual em português;

36. Alarmar quando houver perda de comunicação entre qualquer item do sistema de monitoramento;
37. O software deverá ter a capacidade de identificar e registrar qualquer troca de sonda, visando a rastreabilidade do processo;
38. O software deverá ter a capacidade de gerar gráficos e tabelas de temperatura para análise de dados.

3.2.5 Servidor De Armazenamento Dos Dados

A CONTRATADA deverá fornecer o servidor no qual armazenará os dados informados no item **Software De Gerenciamento**. O equipamento deverá possuir as características mínimas informadas abaixo:

- Deverá ser novo, da marca DELL, haja vista que a CONTRATANTE já possui servidores desta marca.
- Sistema operacional Windows Server 2022 ou superior, que deverá vir instalado, sendo a licença fornecida junto com o equipamento;
- Processador Intel® Xeon® Silver 4309Y (2.8 GHz, 8 núcleos/16 threads, 10.4GT/s, 12M Cache, Turbo, TDP 105W DDR4-2666);
- Memória de 32GB 3200MHz (RDIMM, Dual Rank, BCC);
- RAID C2, RAID 0 para discos rígidos ou SSDs (tipo/velocidade/capacidade correspondente);
- HD 1TB SSD SAS, Mixed Use, up to 24Gbps FIPS-140 512e 2.5in with 3.5in HYB CARR, AG Drive;
- 02 (duas) fontes de alimentação redundantes bivolt;
- Cabo de alimentação NBR 14136 2P+T a C13, 250 V, 10 A, 2 m, cabo de alimentação (Brasil);
- Rede Broadcom 5720 de quatro portas de 1 GbE, Adaptador de BASE-T, OCP NIC 3.0;
- Tampa frontal padrão para x4 chassis;
- Ventilador padrão x5;
- Servidor de 01 U

3.2.6 Regras De Tecnologia Da Informação

- Os computadores citados neste documento (central de monitoramento e servidor) deverão ser novos e com comprovação através de apresentação de Nota Fiscal de aquisição;
- A empresa contratada deverá fornecer treinamento a todos os colaboradores envolvidos no processo, inclusive os do Departamento de Tecnologia da Informação;
- A solução de antivírus a ser instalada nos computadores e no servidor será o da TREND MICRO, pertencente à CONTRATANTE. Não será permitido a CONTRATADA utilizar um antivírus diferente do informado. Tal ação visa melhorar o gerenciamento dos equipamentos instalados na rede da CONTRATANTE. Desta forma, o Software de Gerenciamento deverá funcionar perfeitamente mesmo com esta solução instalada;
- Nenhum equipamento poderá ser instalado na rede da CONTRATANTE sem autorização prévia do Departamento de Tecnologia da Informação e do Departamento de Manutenção e Instalação;
- Nenhum equipamento poderá ser instalado na rede da CONTRATANTE sem solução de antivírus instalada;
- Durante a vigência da garantia a CONTRATADA deverá fornecer pelo menos dois canais de suporte caso ocorra algum problema com o software, central de monitoramento ou servidor;
- A CONTRATADA poderá realizar acesso remoto para manutenção no software desde que previamente agendado e acompanhado por um técnico do Departamento de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE;

3.2.7 Metodologia Para Instalação Do Sistema

A empresa vencedora deverá apresentar um Plano de Ação baseado nas informações descritas neste Termo de Referência com Cronograma Físico-Financeiro da implantação do sistema, detalhando as fases da implantação, qualificação e entrega, obedecendo sempre o prazo limite de entrega de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da Nota de Empenho.

A implantação do sistema de monitoramento de temperatura será dividida em 03 (três) fases distintas, obedecendo a seguinte sequência de implantação **conforme Anexos**:

3.2.7.1 FASE 1 – Unidades Externas

Nessa fase serão instalados os equipamentos nas unidades externas, fora do complexo do Hospital das Clínicas de São Paulo, conforme Anexo 12 – Relação de Pontos de Monitoramento de Temperatura e Umidade Relativa e Plantas dos Locais, sendo:

1 - Agência Transfusional e Posto de Coleta Castelo Branco

- Rua Ari Barroso, 355 – Osasco – SP
- 11 (onze) pontos de monitoramento

2 - Agência Transfusional do Mandaqui (localizada no prédio do Hospital)

- Rua Voluntários da Pátria, 4227 – Santana – SP
- 07 (sete) pontos de monitoramento

3 - Posto de Coleta do Mandaqui (localizado no prédio do Posto de Coleta)

- Rua Voluntários da Pátria, 4227 – Santana – SP
- 11 (onze) pontos de monitoramento

4 - Agência Transfusional Dante Pazzanese (localizada no prédio do Hospital)

- Av. Dr. Dante Pazzanese, 500 – Vila Mariana – SP
- 06 (seis) pontos de monitoramento

5 - Posto de Coleta Dante Pazzanese (localizado no prédio do Posto de Coleta)

- Av. Dr. Dante Pazzanese, 500 – Vila Mariana – SP
- 06 (seis) pontos de monitoramento

6 - Posto de Coleta de Barueri

- Rua Guilhermina Carril Loureiro, 144 – Centro - Barueri
- 08 (oito) pontos de monitoramento

3.2.7.2 FASE 2 – Unidades Complexo Hospital Das Clínicas

1 - Agência Transfusional Instituto da Criança- ICR

- Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 647 - Cerqueira César, SP
- 05 (cinco) pontos de monitoramento

2 - Agência Transfusional Instituto do Coração – INCOR

- Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 44 - Cerqueira César, SP
- 08 (oito) pontos de monitoramento

3 - Agência Transfusional Centro Cirúrgico

- Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 9º. andar - Cerqueira César, SP
- 05 (cinco) pontos de monitoramento

4 - Almoxarifado

- Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 1º Subsolo - Cerqueira César, SP
- 05 (cinco) pontos de monitoramento

3.2.7.3 FASE 3 – 1º ANDAR DO PAMB

- Prédio dos Ambulatórios - Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 1º andar - Cerqueira César, SP

1. Agência Transfusional ICHC – 07 (sete) pontos de monitoramento;

2. CQ Imunohematologia – 02 (dois) pontos de monitoramento;

3. CQ Sangue – 04 (quatro) pontos de monitoramento;

4. Armazenamento e Distribuição – 08 (oito) pontos de monitoramento;

5. Processamento – 02 (dois) pontos de monitoramento;

6. **Sala Congelamento rápido** – 07 (sete) pontos de monitoramento;
7. **Aférese** – 01 (um) ponto de monitoramento;
8. **Sala Coleta Interna** – 02 (dois) pontos de monitoramento;
9. **Coleta Interna Sala Sinais Vitais / Cadastro** – 01 (um) ponto de monitoramento;
10. **Cantina da Coleta** – 04 (quatro) pontos de monitoramento;
11. **Imunohematologia Avançada** – Pré-PCR – 08 (oito) pontos de monitoramento;
12. **Imunohematologia Avançada** – 03 (três) pontos de monitoramento;
13. **Imunohematologia Doadores** – 07 (sete) pontos de monitoramento;
14. **Sala dos Freezers** – 05 (cinco) pontos de monitoramento;
15. **Câmaras frigoríficas Sorologia** – 02 (dois) pontos de monitoramento;
16. **Câmaras frigoríficas Armazenamento/Almoxarifado** – 07 (sete) pontos de monitoramento;
17. **Câmara frigorífica Subsolo** – 01 (um) ponto de monitoramento;
18. **CQ Sorologia** – 05 (cinco) pontos de monitoramento;
19. **Sorologia NAT** – 06 (seis) pontos de monitoramento;
20. **Sorologia Triage** – 10 (dez) pontos de monitoramento;
21. **Sorologia recebimento de amostras** – 02 (dois) pontos de monitoramento;
22. **Segurança Transfusional** – Sala Freezers – 05 (cinco) pontos de monitoramento;
23. **Segurança Transfusional** – 03 (três) pontos de monitoramento;
24. **Terapia Celular** – 04 (quatro) pontos de monitoramento;
25. **Temperatura da água gelada e ar externo** – Piso Técnico-Oficina Sala 106 – 02 (dois) pontos de monitoramento;
26. **Oficina DMI Sala 96** – 02 (dois) pontos de monitoramento;

Equipamentos Backup a serem incluídos na Proposta, calibrados, qualificados, sem instalação:

Considerar como ponto de monitoramento o conjunto completo Datalogger / coletor / registrador de dados + sonda + sensor:

- a) Pontos de monitoramento para temp. ambiente e umidade – 04 (quatro) unidades para temp. ambiente e 01 (uma) unidade para Temp. ambiente e umidade;
- b) Pontos de monitoramento para geladeiras/incubadoras/freezers – 08 (oito) unidades;
- c) Pontos de monitoramento para ultrafreezers – 02 (duas) unidades
- d) Pontos de acesso/Gateway para reposição – 03 (três) unidades;

Legenda adotada para os sensores:

- TG – Temperatura Geladeira: de 2°C a 8°C;
- TF – Temperatura Freezer: abaixo de -20°C;
- TF-80 – Temperatura Ultrafreezer: abaixo de -65°C até -90°C;
- TI – Temperatura Incubadora: entre 20°C e 24°C;
- TA – Temperatura Ambiente: entre 20°C e 24°C;
- TAU – Temperatura Ambiente e Umidade Relativa: entre 0 e 100%;
- TC – Temperatura de Câmara Frigorífica: +4°C e -25°C

3.2.8 Considerações Sobre A Implantação Do Sistema

Antes do início das instalações dos pontos de monitoramento, deverá ser instalado, no 1º andar do PAMB, em local a ser definido pela CONTRATANTE, a Central de Monitoramento remoto, com no mínimo a TV, CPU's (client) e acessórios para possibilitar a visualização e acompanhamento de performance dos pontos, conforme os mesmos vão sendo instalados, nas fases descritas acima, além do novo Servidor no rack existente na sala de TI da CONTRATANTE.

Nessa sala onde será feita a montagem da Central, será disponibilizado pela CONTRATANTE, mobiliário para montagem dos equipamentos, bem como pontos de elétrica e rede para a instalação dos equipamentos.

Na conclusão da FASE 1, já deverão estar instalados e operacionais a Central de Monitoramento, o novo servidor e todos os pontos dessa fase.

Da mesma forma, **após a conclusão da FASE 2**, todos os equipamentos deverão estar instalados e operacionais.

A **conclusão da FASE 3**, servirá como marco para a entrega dos serviços, ou seja, todos os equipamentos operacionais, sistema qualificado e calibrado e treinamento aos colaboradores concluído, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, pela Divisão de Manutenção e Instalações, iniciando-se, então, o prazo de garantia de 12 meses.

Os equipamentos de aquisição de dados deverão ser calibrados individualmente, antes da instalação, por parte da CONTRATADA, estando esses serviços inclusos no preço.

Após a calibração, rastreado RBC ou Acreditado, deverá ser emitido certificado impresso e digital com os resultados das medições de acordo com a norma NBR/ISO 17025:2017 contendo no mínimo:

- Identificação do cliente;
- Identificação do equipamento/instrumento;
- Executante;
- Condições ambientais;
- Instrumentação padrão utilizada;
- Resultados da calibração nos pontos indicados;
- Resultados para análise;
- Incerteza de medição;
- Incerteza expandida;
- Erro máximo admissível;

A CONTRATADA deverá realizar a análise crítica do resultado da calibração, obedecendo aos critérios de aceitação fornecidos pela CONTRATANTE

3.2.9 Manutenção Pós Garantia

Após o término do período de garantia de 12 (doze) meses, a contratada deverá prestar os serviços de manutenção contínua do Sistema, além de garantir a disponibilidade de peças para eventuais necessidades de substituição, por até 05 (cinco) anos, com as seguintes características:

3.2.9.1 Descrição Dos Serviços De Manutenção Pós Garantia

Os Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de monitoramento remoto de controle de temperatura atenderá os pontos da cadeia do frio conforme escopo deste Termo de Referência.

1 – Escopo dos Serviços

- a) atualização e otimização do Software;
- b) atualização de firmware do Hardware;
- c) suporte técnico remoto e local para software;
- d) reinstalação e migração na infraestrutura do Software quando necessário;
- e) verificação periódica mensal das Sondas e Sensores;

f) reinstalação de roteadores e/ou conversores defeituosos quando necessário;

g) reinstalação de sondas em caso de mudanças de equipamentos de local ou substituição do próprio equipamento.

h) inclusão de novos equipamentos no Software de Gerenciamento, quando da aquisição por parte da CONTRATANTE para ampliação do sistema.

A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos objeto desta contratação.

2 – Atendimento da Contratada

Os serviços compreendem 1 (uma) visita mensal a ser programada em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 08:00hrs às 18:00hrs.

Além das visitas mensais programadas a CONTRATADA deverá atender chamados de manutenções corretivas emergenciais, sem limites de chamados, independente da data e horário do chamado, inclusive finais de semana e feriados dando o primeiro atendimento via remoto em até 24 (vinte e quatro) horas.

A empresa deverá fornecer pelo menos dois canais de contato 24 (vinte e quatro) horas para chamados de manutenção corretiva.

Caso não solucione remotamente o problema do referido chamado, a CONTRATADA deverá em até 24 (vinte e quatro) efetuar o atendimento presencial, solucionando definitivamente o problema.

3 – Relatórios

A CONTRATADA deverá, por ocasião de manutenções preventivas ou corretivas, deixar uma cópia relatório preenchido e devolvido ao final da visita.

Por se tratar de documentação obrigatória, a ausência do relatório no local e data dos serviços será considerada descumprimento contratual sujeito a sanções contratuais.

4 – Peças

A empresa Contratada se comprometerá a apresentar em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início da vigência dos serviços de manutenção, relatório detalhado do estado geral dos equipamentos descritos no item 3.1, com a lista de peças sobressalentes recomendadas para futuras manutenções corretivas, com os respectivos preços.

Para a manutenção corretiva que houver necessidade de troca de peças a empresa Contratada deverá apresentar orçamento à fiscalização da Contratante para autorização prévia do fornecimento e instalação.

3.3 Documentação Complementar para classificação

A empresa vencedora na fase de lances, deverá apresentar:

3.3.1. Catálogos, documentos e manuais de operação ou técnico originais

Comprovando o atendimento de todos os requisitos dos itens 3.2.1 a 3.2.5. Para essa comprovação, deverá ser preenchida a planilha do **Anexo 13 – Planilha de Comprovação Técnica**, onde deverá constar a página do documento onde se encontra o atendimento ao item correspondente.

O preenchimento dessa planilha é de caráter obrigatório.

OBS: Qualquer dos itens da Planilha de Comprovação Técnica não atendido ou a ausência de entrega, desclassificará o licitante.

NOTA IMPORTANTE: Caso a licitante não seja a fabricante do sistema, deverá ser apresentada nesta etapa, uma declaração do fabricante dos equipamentos (dataloggers / coletor/ registrador de dados, sondas, pontos de acesso e software) que comprove que a licitante é uma representante autorizada a comercializar tais produtos.

Essa exigência de que o licitante apresente uma declaração do fabricante dos equipamentos os quais ele é representante legal do mesmo, além da exigência de que todos os equipamentos ofertados sejam do mesmo fabricante e totalmente compatíveis entre si, visa garantir que o sistema ofertado funcione corretamente por longos anos, com respaldo do fabricante no sentido de que todos os equipamentos são de sua responsabilidade e que seja o único responsável por todos os componentes do sistema e que seja capaz de solucionar problemas advindos desse tipo de instalação.

Dado a essencialidade da confiabilidade exigida desse sistema, não é seguro permitir o fornecimento de diversos equipamentos genéricos sem a garantia da total compatibilidade e interfaceados entre si que, em caso de falha, comprometam o desempenho do sistema, sendo que o fabricante de um determinado componente se não reconhece o funcionamento de outro componente de outro fabricante podendo danificar ou faltar na aquisição e guarda dos dados que devem ser disponíveis por 20 anos conforme exigência legal.

3.3.2. Registro / Cadastro E Declarações

- a) Declaração de garantia mínima de 01 (um) ano;
- b) Declaração que os equipamentos serão novos e iguais do mesmo modelo e versão;
- c) Declaração que proverá manutenção e garantirá peças de reposição para aquisição por, no mínimo, 05 (cinco) anos;
- d) Declaração que fornecerá treinamento operacional e técnico de manutenção do sistema, conforme previsto neste projeto básico;
- e) Declaração de que realizará os processos de Qualificação de Instalação, Qualificação de Operação e Qualificação de Desempenho do sistema;
- f) Declaração de que fornecerá manual do usuário em português;
- g) Declaração de que fornecerá manual técnico completo;

3.4 Critérios De Aceitação

Entende-se que o serviço de instalação compreende as atividades de planejamento, instalação física, instalação lógica e finalização da solução.

Para todos os efeitos, a conclusão dos serviços de instalação e configuração se dará com o pleno funcionamento da solução e a finalização do repasse de conhecimentos descritos a seguir:

- a) Capacitação aos Técnicos da CONTRATANTE no modelo participação prática para até 10 (dez) profissionais indicados pela CONTRATANTE, incluindo o fornecimento de material didático (apostilas e/ou manuais do fabricante) pela CONTRATADA, compreendendo as fases de instalação, configuração e administração da solução fornecida, provendo aos Técnicos da CONTRATANTE a capacidade de gerenciamento e a manutenção da solução em todas as suas funcionalidades, inclusive aquelas não expressamente exigidas como requisitos, mas disponíveis na solução ofertada;
- b) O repasse das informações está contemplado no presente escopo, sendo o mínimo exigido:
 - 1. Descrição da arquitetura da solução;
 - 2. Instalação, configuração e operação dos equipamentos;
 - 3. Descrição da arquitetura de cada equipamento;
 - 4. Descrição do hardware e software da solução;

4. Requisitos da contratação

Garantia da contratação

4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 (oito) horas às 16:00 (dezesseis) horas.

4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.3.1. A vistoria deverá ser agendar com o Departamento de Manutenção e Instalação – DMI, pelo telefone: 4573-7626.

4.4. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.6. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A empresa Contratada **terá o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias corridos para entrega, instalação do sistema / equipamentos e início da sua operacionalização, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.** Caso haja necessidade de prorrogação de prazo devido a motivos de força maior justificáveis, deverá ser solicitada antes do término do período inicialmente previsto.

5.1.1.1 **Após o recebimento do Sistema, por meio da emissão do Termo de Recebimento Definitivo**, pela Divisão de Manutenção e Instalações, **haverá o início da vigência contratual e da garantia de 12 (doze) meses.**

5.1.2. A Contratada deverá informar formalmente a CONTRATANTE com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas a data da entrega dos equipamentos.

5.1.3. A Contratada deverá seguir os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. A instalação e qualificação dos equipamentos serão efetuadas nas instalações da Fundação Pró-Sangue descritas no **item 3.2.7 – Metodologia para instalação do sistema** conforme Anexos para todos os equipamentos fornecidos, inclusive os adquiridos para reposição, conforme horários previamente estabelecidos.

5.3. Os serviços de manutenção do Sistema em operação serão executados nos horários e locais estabelecidos nesse Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Durante a vigência do contrato CONTRATADA deverá atender os chamados de manutenção corretiva, sem limites de chamados, independente da data e horário do chamado, inclusive finais de semana e feriados dando o primeiro atendimento via remoto em até 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.2. As comunicações entre a **Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo** e a empresa contratada envolvendo exigências, pedidos, reclamações, avisos, instruções, modificações ou troca de serviços e semelhantes, particularmente sobre qualquer alteração das estipuladas no contrato, deverão ser sempre feitas ou confirmadas por escrito.

5.4.3. A empresa Contratada deverá apresentar à fiscalização da Contratante ao término de cada período de 30 (trinta) dias relatório detalhado das instalações executadas, calibradas e validadas com os respectivos documentos e certificados e a respectiva nota fiscal para fins de faturamento.

5.4.4. Os pagamentos serão efetuados pelos serviços efetivamente realizados no período dentro de 30 dias após a aprovação da Fiscalização.

5.5. Obrigações Da Contratada

A CONTRATADA deverá arcar com as seguintes obrigações:

- a) Indicar Responsável Contratual e Responsável Técnico pelo acompanhamento dos serviços;
- b) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e acessórios necessários conforme escopo da contratação;
- c) Indenizar a CONTRATANTE ou terceiros, por prejuízos causados a bens pessoais ou materiais, ocasionados por seus funcionários ou prepostos;
- d) Proteger o mobiliário, piso e instalações, durante a execução dos serviços;
- e) Promover a limpeza diária dos locais de trabalho durante a execução dos serviços;
- f) Apresentar após a emissão da Nota de Empenho, o Cronograma Físico/Financeiro das fases da instalação;

- g) É obrigatória a entrega de “Diário de Obra” e “Relatório Fotográfico” diário para o acompanhamento dos serviços;
- h) A CONTRATADA deverá fornecer, após a conclusão dos serviços, o “Manual de Operação, Instalação e Manutenção” em português de todos os equipamentos e sistemas incorporados, materiais fornecidos e instalados, com especificações técnicas e prazos de garantia;
- i) Enquanto o sistema/equipamentos estiver no prazo de garantia vigente a empresa CONTRATADA deverá atender os chamados de manutenção corretiva, sem limites de chamados, independente da data e horário do chamado, inclusive finais de semana e feriados dando o primeiro atendimento via remoto em até 24 (vinte e quatro) horas.

A empresa deverá fornecer pelo menos dois canais de contato 24 (vinte e quatro) horas para chamados de manutenção corretiva.

Caso não solucione remotamente o problema do referido chamado, a CONTRATADA deverá efetuar o atendimento presencial em até 24 (vinte e quatro) horas, solucionando definitivamente o problema.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. Os valores da Proposta de Preços devem incluir todas as despesas e tributos relacionados ao objeto adquirido – instalação, calibração, operacionalização e manutenção.
- 5.6.2. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste documento.
- 5.6.3. Os valores a serem apresentados na proposta devem estar referidos ao mês de apresentação da proposta.
- 5.6.4. Deverá também, ser apresentado na presente Proposta, valor relativo à manutenção preventiva e corretiva anual com início após o término do período da garantia contratual, considerando somente mão de obra e custos inerentes a ela.
- 5.6.5. Nos serviços de manutenção a empresa CONTRATADA deverá atender os chamados de manutenção corretiva, sem limites de chamados, independente da data e horário do chamado, inclusive finais de semana e feriados dando o primeiro atendimento via remoto em até 24 (vinte e quatro) horas.
- 5.6.6. O valor anual para a prestação desses serviços será **limitado a 10%** do valor total da proposta ofertada para a Aquisição do Sistema e, com início de vigência somente a partir do término da garantia contratual, reajustados, anualmente, pelo índice IPCFipe.
- 5.6.7. Os valores deverão estar distribuídos conforme o Anexo 14 - **Planilha de Proposta de Preços**.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto nesta seção.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.1.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.1.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.1.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. **Para o item 1**, a empresa Contratada deverá apresentar à fiscalização da Contratante ao término de cada período de 30 (trinta) dias, relatório detalhado das instalações executadas, devidamente calibradas e validadas, acompanhado dos respectivos documentos comprobatórios, certificados e da correspondente nota fiscal, para fins de faturamento.

7.3.2. **Para o item 02** o pagamento será realizado, mensalmente, após 30 (trinta) dias, contados da aprovação do relatório de manutenção pela fiscalização, a cargo do Departamento de Manutenção e Instalação da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo.

7.3.3. **Durante o período de garantia não haverá faturamento de serviços e, consequentemente, pagamentos.**

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará os parâmetros definidos no item 07 deste Termo de Referência, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. **[Ato de autorização]** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital [quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e,] nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.23. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.27. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.27.1.1. **Atestado(s) de capacidade técnica** fornecido(s) por empresa civil ou pública comprovando a execução anterior, de fornecimento de sistema similar ao objeto do presente memorial. O(s) atestado(s) deve(m) corresponder à quantidade mínima de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de pontos de monitoramento, estabelecidos no **Anexo 12 – Relação de pontos de monitoramento**, que é de 182 (cento e oitenta e dois) pontos de monitoramento no seu total. Para a comprovação desse item será aceito a somatória de atestados de capacidade técnica pertinentes.

8.27.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.29. Tratando-se de consórcio:

8.29.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão;

8.29.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.29.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.29.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.30. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.30.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.30.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.30.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação



9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso, nos termos do Art. 24 da Lei Federal nº 14.133/21, por se tratar de ferramenta eficaz em certames de reduzida concorrência, vez que, habitualmente, as estimativas de preços de reserva efetuadas pelo governo, por conservadorismo e/ou conhecimento parcial dos mercados, são geralmente mais elevadas, neste caso quanto maior for o preço de reserva/referência em uma concorrência, mais favorável à Administração Pública será o uso do “orçamento sigiloso”, vez que este proporcionará menor custo esperado de aquisição do que a opção pelo preço de reserva divulgado, ademais, não se trata de um sigilo absoluto e sim de uma “publicidade diferida” tal como o conteúdo da proposta dos licitantes que somente é sigiloso até a abertura da sessão, tornando-se pública a partir daquela sessão da mesma forma o valor do orçamento não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UGE: 091301; UGO: 091384; GESTÃO: 09047 / Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo;

II) Fonte de Recursos: 1.500.1.0002 e 1.600.5.0003

III) Programa de Trabalho: 10.303.0946.4192.0000 (PTRES 094712) e 10.303.0946.4192.0000 (PTRES 094712)

IV) Elemento de Despesa: 339030-50

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANESSA DE FARIAS PEREIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 08:45:48.

GLAUCIANA TEIXEIRA SALVIANO

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO 12- RELACAO DE PONTOS DE MONITORAMENTO E PLANTAS DOS LOCAIS.pdf (5.36 MB)
- Anexo II - ANEXO 13 - PLANILHA DE COMPROVACAO TECNICA.pdf (646.06 KB)
- Anexo III - ANEXO 14 - PLANILHA DE PROPOSTA DE PRECOS.pdf (622.13 KB)

ANEXO 12 - RELAÇÃO DE PONTOS DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA

LEGENDA

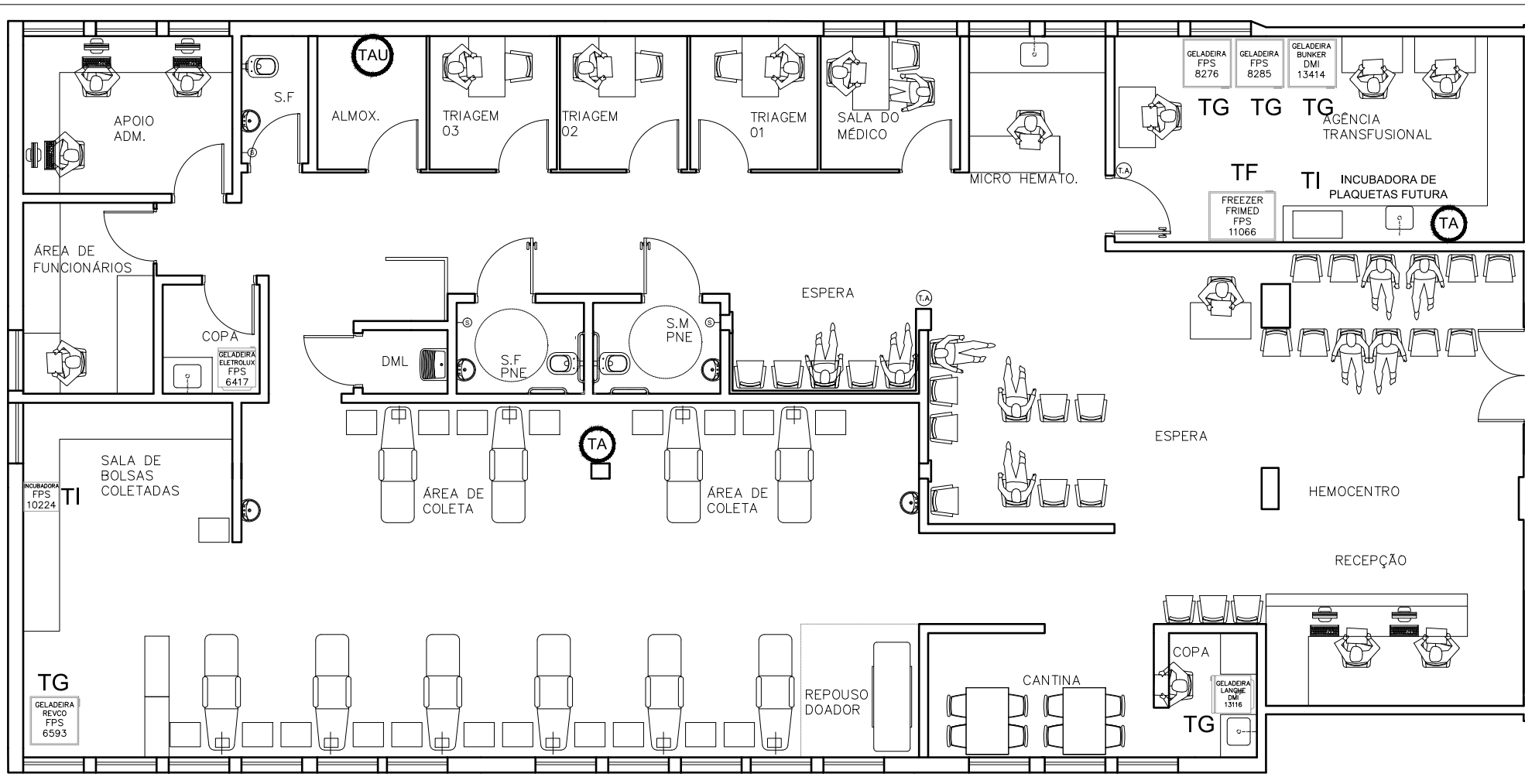
TG-Temperatura Geladeira +4°C TF-Temperatura Freezer-30°C/-40°C TF-80-Temperatura Freezer -80°C TI-Temperatura Incubadora +22°C

TC-Temperatura Câmara Frigorífica +4°C/-25°C TA-Temperatura Ambiente +22°C TAU-Temperatura Ambiente e Umidade Relativa do Ar

<i>Item</i>	<i>Local</i>	<i>Nº pontos</i>	<i>TG</i>	<i>TF</i>	<i>TF-80</i>	<i>TI</i>	<i>TC</i>	<i>TA</i>	<i>TAU</i>
1	FASE 1 – UNIDADES EXTERNAS								
1.1	Agência Transfusional e Posto de Coleta Castelo Branco	11	5	1		2		2	1
1.2	Agência Transfusional do Mandaqui	7	4	1		1		1	
1.3	Posto de Coleta do Mandaqui	11	4	2		1		3	1
1.4	Agência Transfusional Dante Pazzanese	6	3	1		1		1	
1.5	Posto de Coleta Dante Pazzanese	6	2			1		2	1
1.6	Posto de Coleta de Barueri	8	3			1		3	1
	Subtotal	49	21	5	0	7	0	12	4
2	FASE 2 – UNIDADES COMPLEXO HOSPITAL DAS CLÍNICAS								
2.1	Agência Transfusional Instituto da Criança- ICR	5	2	1		1		1	
2.2	Agência Transfusional Instituto do Coração – INCOR	8	4	1	1	1		1	
2.3	Agência Transfusional Centro Cirúrgico	5	2	1		1		1	
2.4	Almoxarifado Pró-Sangue – Predio PAMB	5	1	1					3
	Subtotal	23	9	4	1	3	0	3	3

3	FASE 3 – 1º ANDAR DO PAMB								
		Nº pontos	TG	TF	TF-80	TI	TC	TA	TAU
3.1	Agência Transfusional ICHC	7	4	2				1	
3.2	CQ Imunohematologia	2	1					1	
3.3	CQ Sangue	4	1	1		1		1	
3.4	Armazenamento e Distribuição	8	2	1	1	3		1	
3.5	Processamento	2				1		1	
3.6	Sala Congelamento rápido	7	1		5			1	
3.7	Aferese	1						1	
3.8	Sala Coleta Interna	2						2	
3.9	Coleta Interna Sala sinais vitais /Cadastro	1						1	
3.10	Cantina da Coleta	4	3					1	
3.11	Imunohematologia Avançada Pré-PCR	8	3	2	2			1	
3.12	Imunohematologia Avançada	3		2				1	
3.13	Imunohematologia Doadores	7	4					3	
3.14	Sala Criopreservação	5		1	2			2	
3.15	Câmaras frigoríficas Sorologia (*)	2					2		
3.16	Câmaras frigoríficas Armazenamento/Almoxarifado (*)	7					7		
3.17	Câmara frigorífica Subsolo	1					1		
3.18	CQ Sorologia	5	1	2				2	
3.19	Sorologia NAT	6		1	1			4	
3.20	Sorologia Triagem	10	5	2				3	
3.21	Sorologia Recebimento de amostras	2	1					1	
3.22	Segurança Transfusional – Sala Freezers	5		2	2			1	
3.23	Segurança Transfusional	3	1					2	

3.24	Terapia Celular	4	1	1	1			1	
3.25	Temperatura da água gelada e ambiente – Oficina (*)	2	1					1	
3.26	Oficina DMI sala 96 (*)	2	1		1				
	(*) Cabos de sonda longos								
	<i>Subtotal</i>	110	30	17	15	5	10	33	0
TOTAL GERAL		182	60	26	16	15	10	48	7



POSTO CASTELO BRANCO

GELADEIRA - LANCHE - DMI: 13116
GELADEIRA - REVCO - FPS: 6593
INCUBADORA - FPS: 10224

TA TEMPERATURA AMBIENTE

TAU TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE

TG TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS
TF TEMPERATURA DE FREEZER

AGENCIA TRANSFUSIONAL

FREEZER - FRIMED - FPS: 11066
GELADEIRA - FPS: 8276
GELADEIRA - FPS: 8285
GELADEIRA - BUNKER - DMI: 13414
INCUBADORA DE PLAQUETAS FUTURA

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: POSTO DE COLETA E AGENCIA TRANSFUSIONAL CASTELO BRANCO
Rua Ari Barroso, 355 - Presidente Altino - Osasco/SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

Projeto: **ANEXO 1** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

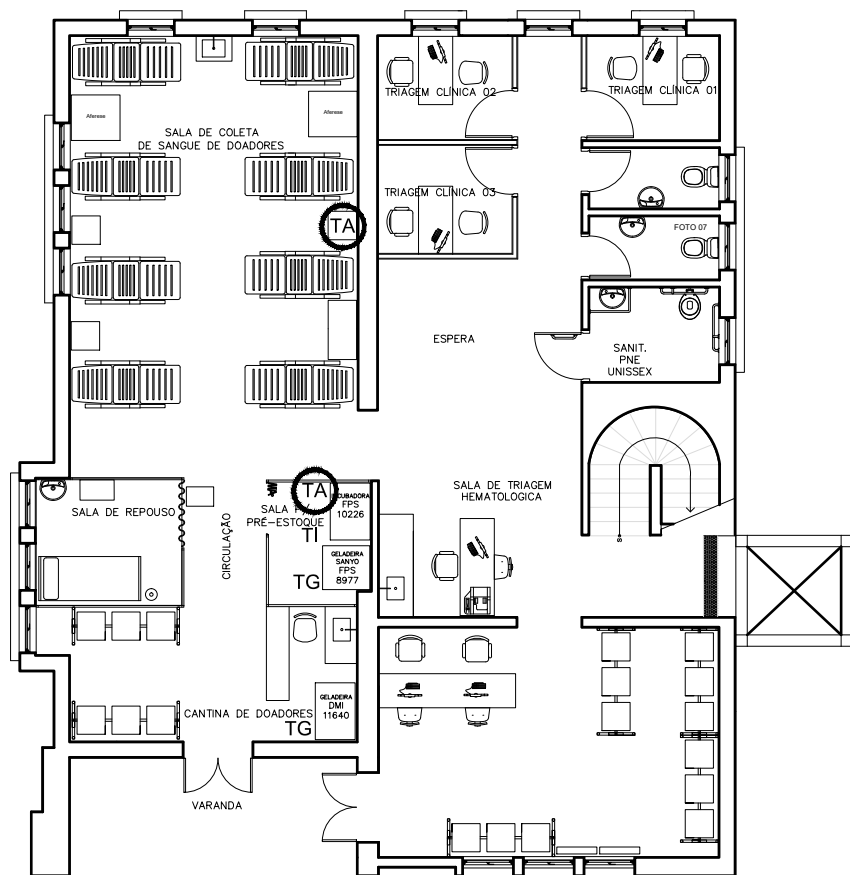
Folha
Nº: 01/01

Data:
26/12/2024

Escala:

S/ESC

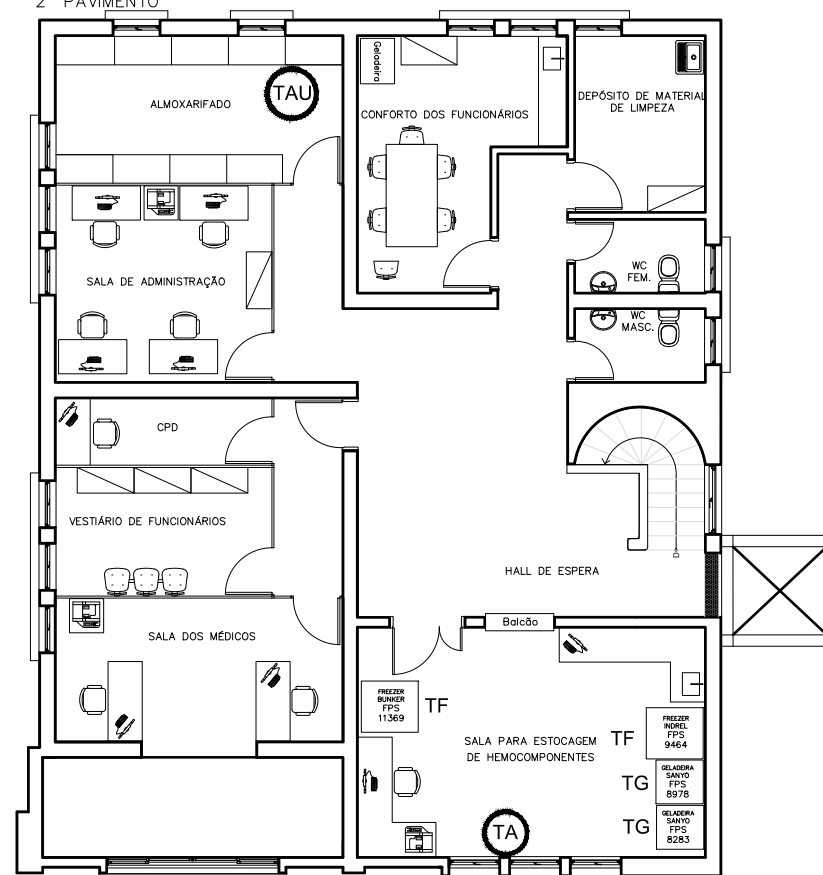
POSTO MANDAQUI
PAVIMENTO TÉRREO



POSTO MANDAQUI

INCUBADORA DE PLAQUETAS - (FPS: 10226)
 GELADEIRA - SANYO - (FPS: 8283)
 GELADEIRA - SANYO - (FPS: 8978)
 FREEZER - INDREL - (FPS: 9464)
 FREEZER - BUNKER - (FPS: 11369)
 GELADEIRA - DMI: 11640
 GELADEIRA - SANYO - (FPS: 8977)

POSTO MANDAQUI
2º PAVIMENTO



LEGENDA:

TA	TEMPERATURA AMBIENTE	TG	TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI	TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS	TF	TEMPERATURA DE FREEZER
TAU	TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE		

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: POSTO DE COLETA MANDAQUI
 Rua Voluntários da Pátria, 4227 - Mandaqui - São Paulo /SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

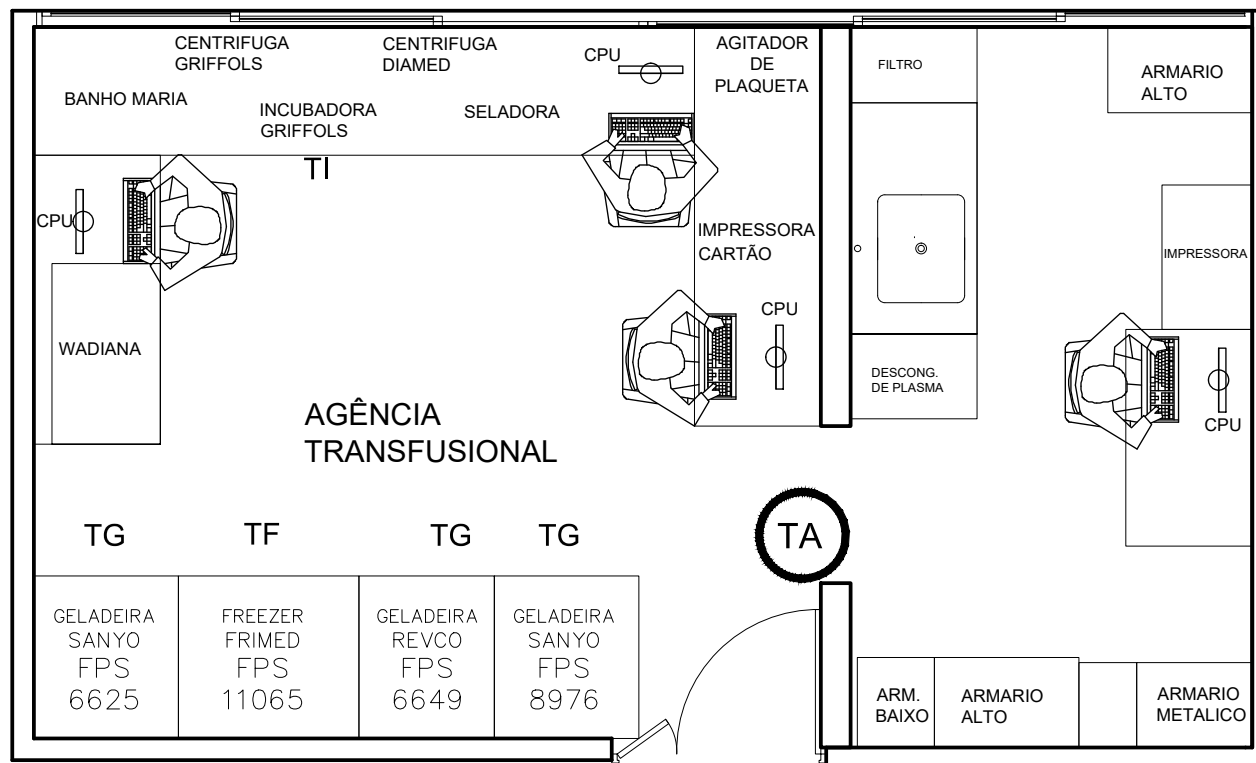
Projeto: **ANEXO 3** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
 N°: 01/01

Data:
 26/12/2024

Escala:

S/ESC



AGENCIA TRANSFUSIONAL DANTE

GELADEIRA - SANYO - (FPS: 6625)
GELADEIRA - SANYO - (FPS: 8976)
FREEZER - FRIMED - (FPS: 11065)
GELADEIRA - REVCO - (FPS: 6649)

LEGENDA:

TA TEMPERATURA AMBIENTE

TG TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS
TF TEMPERATURA DE FREEZER

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: AGENCIA TRANSFUSIONAL DANTE PAZZANESSE
Avenida Dr. Dante Pazzanesse, 500 - Ibirapuera - São Paulo /SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

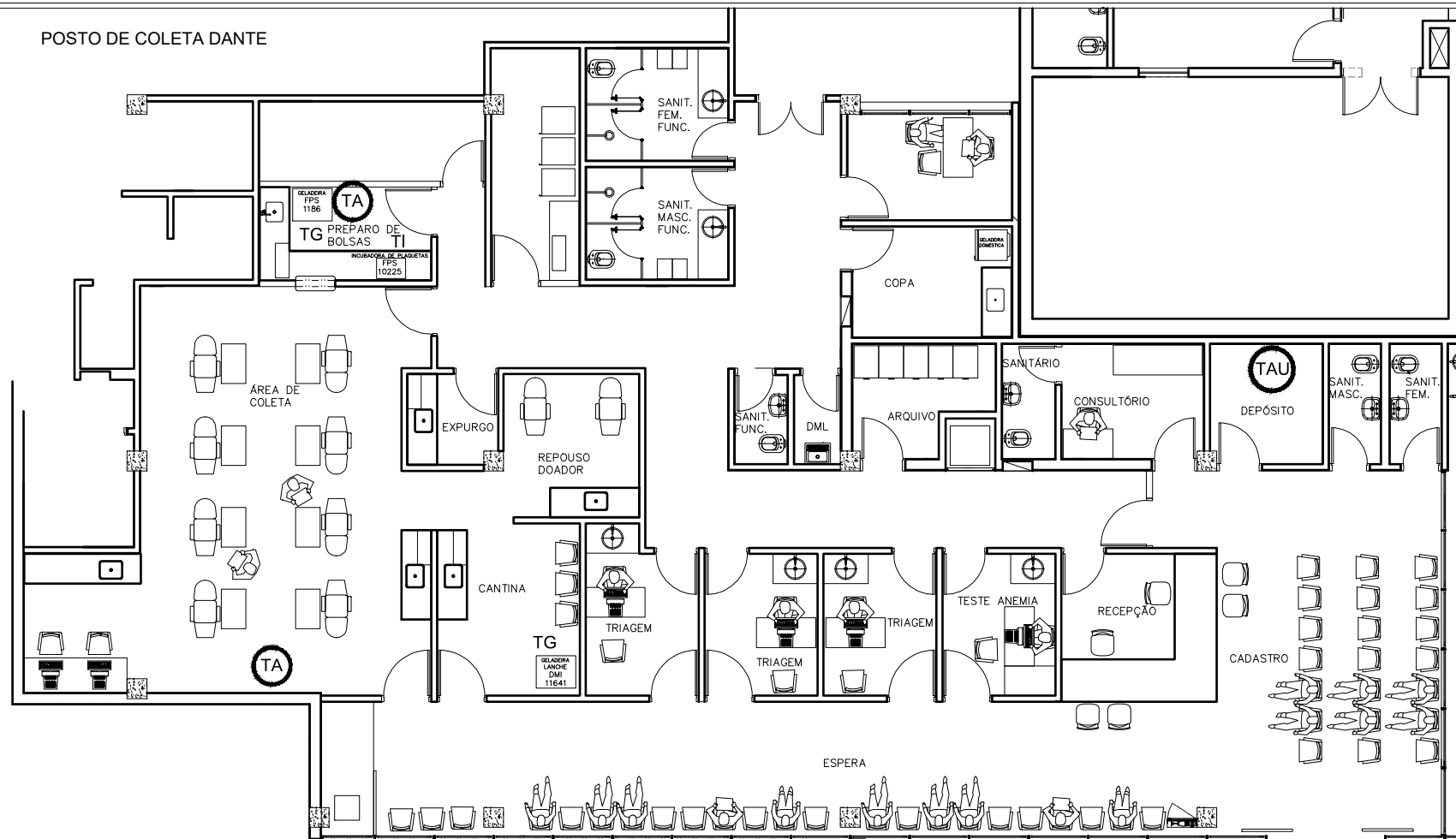
Projeto: **ANEXO 4** -LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Escala:

Data:
26/12/2024

S/ESC



LEGENDA:

TA TEMPERATURA AMBIENTE
TAU TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE

TG TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS
TF TEMPERATURA DE FREEZER

POSTO DANTE PAZZANESSE

INCUBADORA DE PLAQUETAS - (FPS: 10225)
GELADEIRA - LANCHE - (DMI: 11641)
GELADEIRA - (FPS: 11186)

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: POSTO DE COLETA DANTE PAZZANESSE
Avenida Dr. Dante Pazzanese, 500 - Ibirapuera - São Paulo /SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

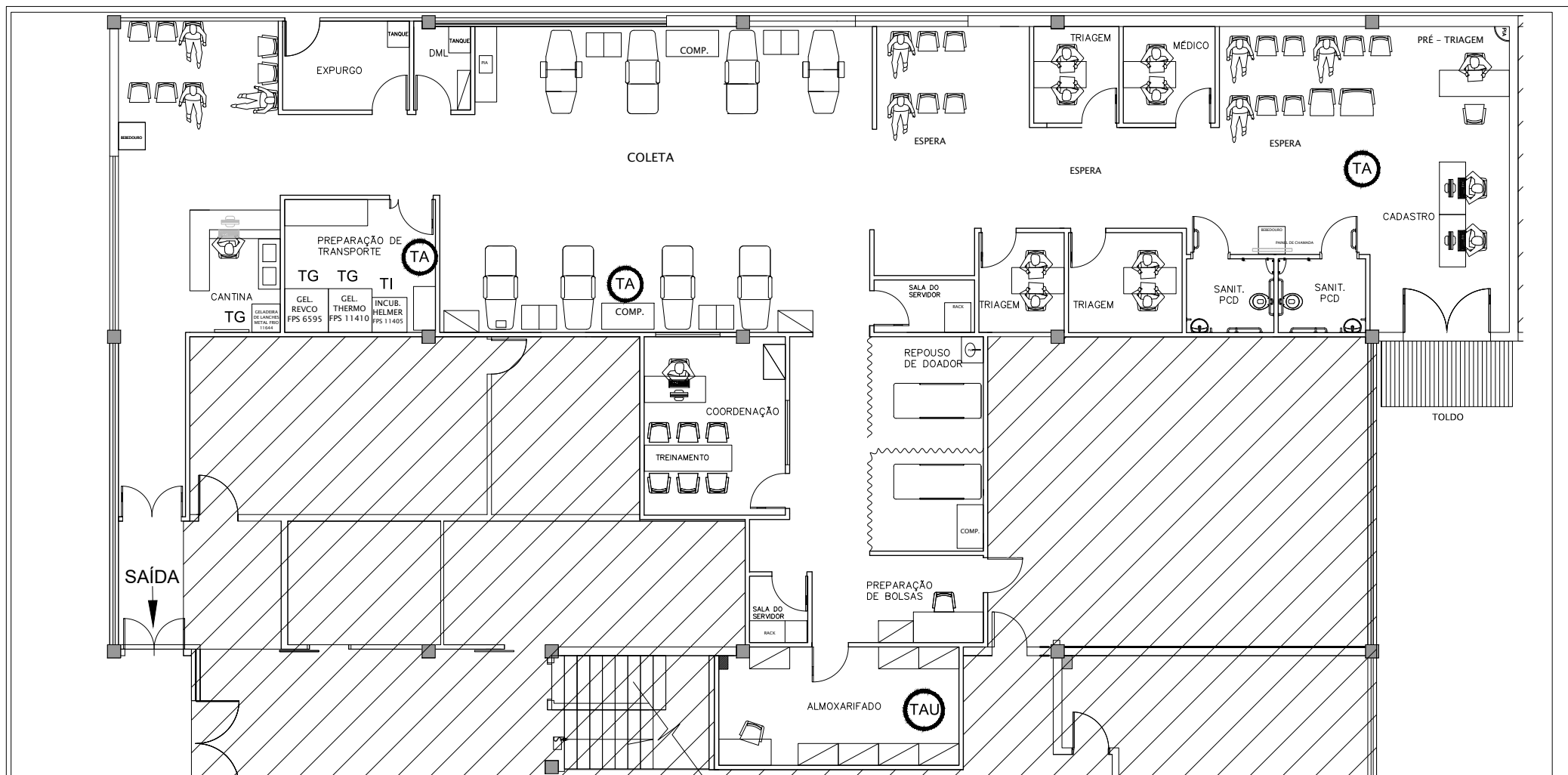
Projeto: **ANEXO 5** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Data:
26/12/2024

Escala:

S/ESC



POSTO BARUERI

INCUBADORA DE PLAQUETAS - HELMER - (FPS: 11405)
GELADEIRA - THERMO - (FPS: 11410)
GELADEIRA - REVCO - (FPS: 6595)
GELADEIRA - METALFRIO - (FPS: 11644)

LEGENDA:

TA	TEMPERATURA AMBIENTE	TG	TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI	TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS	TF	TEMPERATURA DE FREEZER
TAU	TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE		

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: POSTO DE COLETA BARUERI
Rua Guilhermina Carril Loureiro, 144 - Centro - Barueri / SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

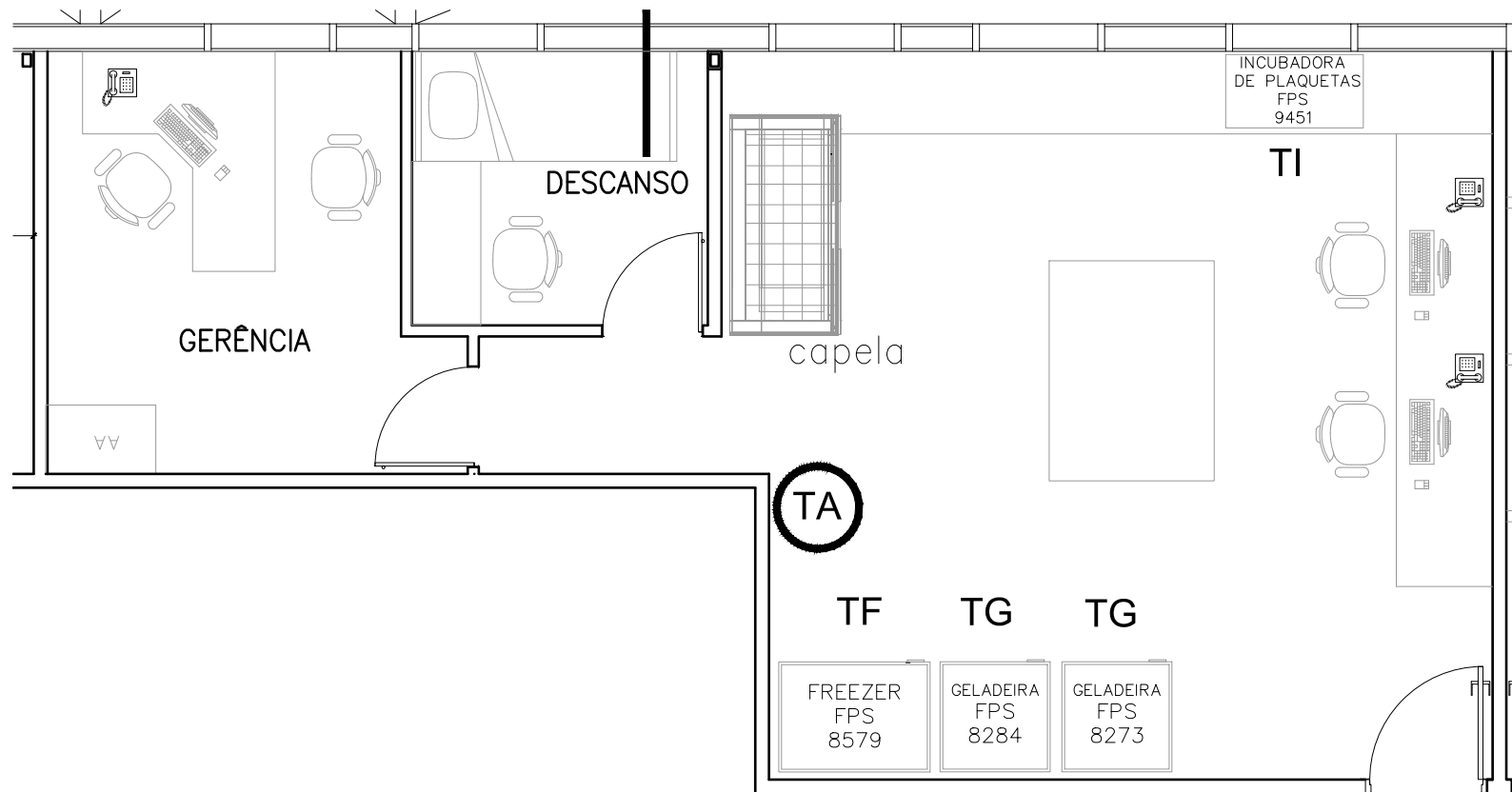
Projeto: **ANEXO 6** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Data:
26/12/2024

Escala:

S/ESC



AGENCIA TRANSFUSIONAL - ICR

FREEZER - (FPS: 8579)

GELADEIRA - (FPS: 8284)

GELADEIRA - (FPS: 8273)

INCUBADORA DE PLAQUETAS - (FPS: 9451)

LEGENDA:



TEMPERATURA AMBIENTE



TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE

TG

TEMPERATURA DE GELADEIRA

TI

TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS

TF

TEMPERATURA DE FREEZER

Ciente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: AGENCIA TRANSFUSIONAL - ICR
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 647 - Cerqueira César - São Paulo - SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

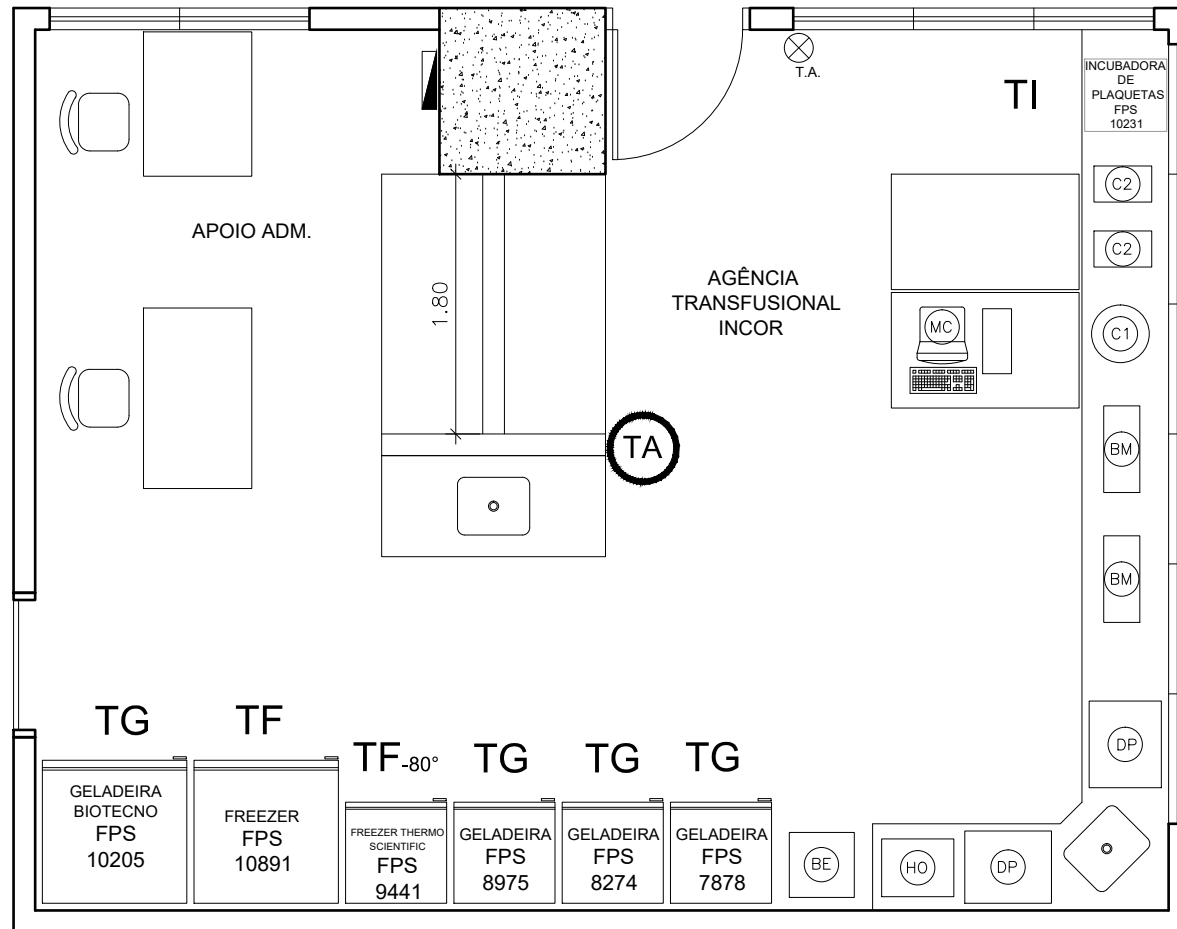
Projeto: **ANEXO 7** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Data:
26/12/2024

Escala:

S/ESC



LEGENDA:

- TA TEMPERATURA AMBIENTE
TAU TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE

- TG TEMPERATURA DE GELADEIRA
TI TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS
TF TEMPERATURA DE FREEZER
TF-80° FREEZER -80°C

AGENCIA TRANSFUSIONAL - INCOR

FREEZER - (FPS: 10891)
GELADEIRA - BIOTECNO - (FPS: 10205)
FREEZER THERMO SCIENTIFIC - (FPS: 9441)
GELADEIRA - (FPS: 8975)
GELADEIRA - (FPS: 8274)
GELADEIRA - (FPS: 7878)
ICUBADORA DE PLAQUETAS - (FPS: 10231)

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: AGENCIA TRANSFUSIONAL - INCOR
Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 44 - Cerqueira César - São Paulo - SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

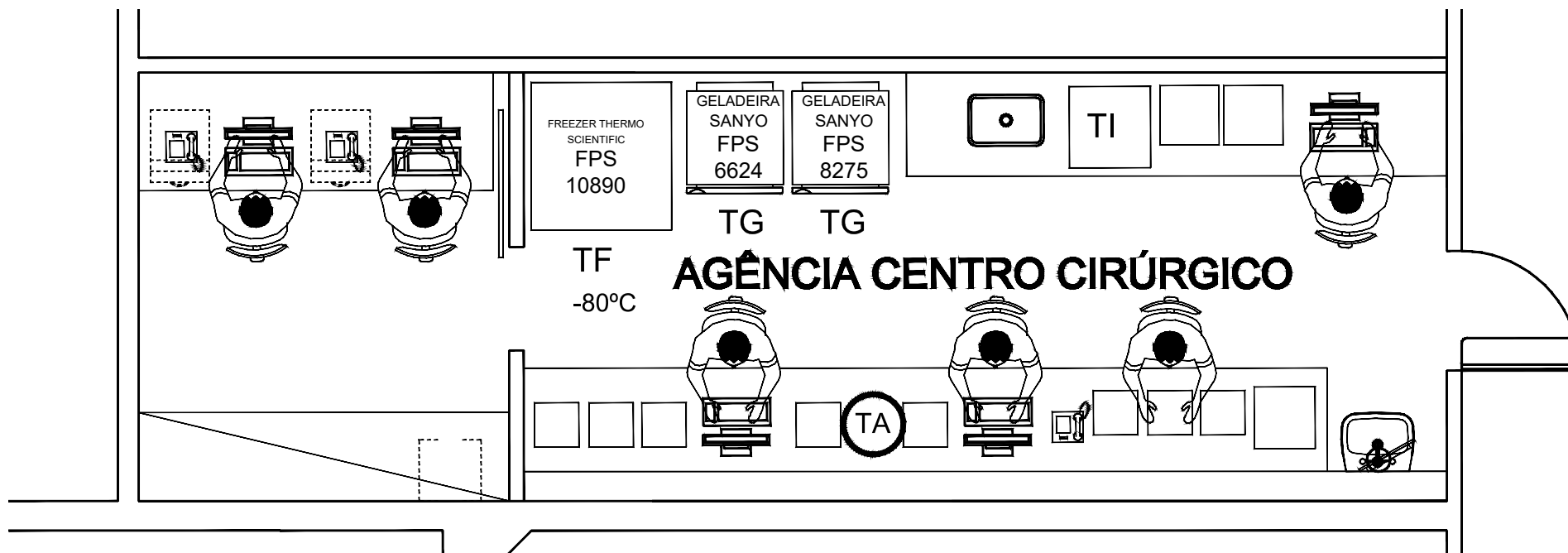
Projeto: **ANEXO 8** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Data:
02/01/2025

Escala:

S/ESC



LEGENDA:



TEMPERATURA AMBIENTE

TEMPERATURA AMBIENTE E UMIDADE

TEMPERATURA DE GELADEIRA

TEMPERATURA DE INCUBADORA DE PLAQUETAS

TEMPERATURA DE FREEZER

TF -80°C

CENTRO CIRÚRGICO

FREEZER THERMO - (FPS: 10890)

GELADEIRA - SANYO - (FPS: 6624)

GELADEIRA - SANYO - (FPS: 8275)

Cliente: FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

Local: CENTRO CIRURGICO - PAMB - 9º Andar

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 - Cerqueira César - São Paulo - SP

Assunto: SISTEMA DE MONITORAMENTO DE TEMPERATURA

Projeto: **ANEXO 9** - LOCALIZAÇÃO DE PONTOS A SEREM MONITORADOS

Folha
Nº: 01/01

Data:
02/01/2025

Escala:

S/ESC

ANEXO 13 – PLANILHA DE COMPROVAÇÃO TÉCNICA

Item	Descrição	Página da Documentação	OBS
1	Sonda do tipo digital e intercambiável, com possibilidade de calibração e rastreabilidade da mesma, independente do sistema		
2	Faixa de medição de temperatura de -90°C a +40°C e da umidade de 0% a 100%		
3	As sondas devem permitir a utilização de sensores externos, que podem trabalhar no interior dos equipamentos imersos em solução de glicerina		
4	A taxa de aquisição de dados deve ser ajustável com intervalos mínimos de 1 minuto, padrão de 5 minutos e transmissão máxima para a central a cada 15 minutos.		
5	Caso a sonda perca a comunicação com o Ponto de Acesso, deve reenviar os dados quando a conexão for restabelecida.		
6	A exatidão desse sistema para a temperatura deve ser de +/- 0,5°C para a faixa de -20°C a +40°C e de +/- 1°C para a faixa de -21°C a -90°C com critério de incerteza expandida		
7	A exatidão desse sistema para a umidade deve ser de +/- 10% utilizando o critério de incerteza expandida		
8	A resolução do sistema deve ser de no mínimo 0,1°C e/ou 1% UR		

9	Os datalogger/coletor ou registrador de dados devem ser alimentados através de pilhas ou baterias, com autonomia para no mínimo 12 meses		
10	Os datalogger/coletor ou registrador de dados devem ter comunicação sem fio de longo alcance LoRa (Long Range) ou protocolo próprio do fabricante		
11	O sistema de aquisição de dados deve permitir na sua configuração IP estático e ter alcance de no mínimo 30 metros no interior de edifícios de alvenaria		
12	Os datalogger/coletor ou registrador de dados devem ter capacidade de armazenamento interno de no mínimo 10.000 (dez mil) registros		
13	O sistema de aquisição de dados/Software deve permitir o monitoramento do nível de carga da pilha/bateria, mostrando essa indicação na Central de Monitoramento		
14	Os pontos de acesso/gateway deve possibilitar enlace com o sistema de aquisição de dados em distancia maior do que 30 metros em áreas edificadas		
15	Os pontos de acesso/gateway devem enviar dados para o servidor através da cabo de rede ou link externo		
16	Todas as falhas ocorridas nos pontos de acesso/gateway devem ser sinalizadas na Central de Monitoramento via alarme visual, sonoro ou ambos		
17	Todos os equipamentos do sistema de aquisição de dados devem ser homologados na ANATEL		

18	As Smart Tvs, devem ter tela LED de no mínimo 75 polegadas, resolução mínima 4K		
19	Os computadores devem ter no mínimo a seguinte configuração: Processador Intel core i7, 8 G memória RAM, 500 Gb HD SSD, monitor LED 24 polegadas, nobreak e sistema operacional Windows 11 Professional ou superior		
20	O Servidor deve ter as seguintes configurações: Marca DELL, processador Intel Xeon Silver 4309Y, memória RAM 32 Gb 3200Mhz, HD SSD 1Tb, fontes de alimentação redundantes, rede Broadcom 5720 de 4 portas de 1GbE, ventilador padrão x5, sistema operacional Windows Server 2022 ou superior		
21	O software de gerenciamento deve permitir a transferência de propriedade sem custos adicionais futuros e ser compatível com Windows Server 2022 ou superior		
22	O software deve ser do mesmo fabricante de todos os demais componentes do sistema de monitoramento		
23	O software deverá ser validável conforme FDA 21 CFR Part 11 e Guia de validação de sistemas computadorizados da ANVISA		
24	O sistema deve ter interface de operação através de navegador web e permitir a visualização e operação remota de todo o sistema		
25	O sistema deve permitir a visualização geral de todas as sondas em tempo real, através de no mínimo: gráficos e tabelas para análise dos dados, bem como os históricos individuais de cada ponto de monitoramento		

26	O sistema deve permitir as configurações de parâmetros, em especialmente a de calibração das sondas, bem como permitir a configuração de alarmes para cada sonda		
27	Permitir a criação ilimitada de alarmes em cascata, com envio por som, visual ou e-mail, e configuração do tempo entre cada etapa		
28	O software deve permitir o gerenciamento dos níveis de bateria e de sinais de cada sonda, alarmando quando necessário		
29	O software deve possibilitar o acesso a todos os alarmes gerados, possibilitar a baixa e justificativa de cada um através de justificativas padronizadas e não deve permitir a baixa de alarme sem sua justificativa, além de possibilitar o envio e-mail a vários usuários		
30	O sistema deve receber e atualizar os dados de todas as sondas em intervalos de 5 minutos, podendo o numero de sondas nesse chegar a 300 (trezentas) sondas		
31	O software deverá ter capacidade de identificar e registrar qualquer troca de sonda, visando a rastreabilidade do processo.		
32	Permitir a criação de múltiplos usuários com diferentes níveis de acesso de autorização através de login e senha		
33	Permitir a exportação de dados para possível interfaceamento com o sistema da Contratante em formatos do tipo: txt, xls, csv ou pdf.		
34	Garantia da segurança das informações, através de níveis de segurança e controle de acesso, incluindo criptografia de dados		

35	Permitir a gravação de dados no Servidor dedicado e possuir a capacidade de agendamento de backup de dados de maneira automática em períodos definidos pelo utilizador		
36	Ter capacidade de elaborar e enviar relatórios padronizados por e-mail a diversos usuários		
37	O sistema deve possuir trilha de auditoria de todas as ações realizadas no sistema		
38	O software deve ser responsivo para que seu acesso possa ser realizado via notebook, tablet ou celular para visualização dos dados do sistema		
39	Manuais Técnicos e de operação em português, para todos os equipamentos utilizados		
40	Possibilitar a configuração dos endereços de rede fornecidos pela CONTRATANTE, haja vista que serão endereços distintos, porém interconectados com a central onde o software será executado		
41	Não permitir a mudança de identificação visual do alarme para “não alarmado” caso o item monitorado não esteja dentro da faixa de temperatura especificada.		
42	Ter a capacidade de inserir plantas baixas dos ambientes para melhor visualização dos pontos de monitoramento na tela		
43	Cabo de alimentação padrão brasileiro NBR 14136 (2P+T a C13), 250 V, 10 A, 2 m.		

ANEXO 14 – PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS**

EMPRESA PROPONENTE: CNPJ: DATA:					
	<i>Itens a serem fornecidos</i>	<i>Qtde</i>	<i>Valor unitário</i>	<i>Valor Total</i>	<i>%</i>
1	Software				
2	Servidor				
3	Equipamentos da Central de Monitoramento				
4	Datalogger, coletor ou registrador de dados *				
5	Sondas Digitais *				
6	Pontos de acesso *				
7	Outros (especificar)				
8	TOTAL				100%
9	Manutenção preventiva e corretiva**		Valor unitário anual		**
<p>* O quantitativo destes itens será de responsabilidade da CONTRATADA, uma vez que a CONTRATANTE não tem como estipular tais valores em virtude das tecnologias que existem no mercado.</p> <p>** O valor unitário anual de manutenção limitado a 10% do valor total declarado no item 8 dessa planilha.</p> <p>Validade da proposta</p> <p>Assinatura e identificação do responsável</p>					

|

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

(Processo Administrativo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/2026**,
CELEBRADO ENTRE A **FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE**
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO E

.....

A FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO, com sede na Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 155, Cerqueira César, na cidade de São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o nº 52.030.830/0001-65, neste ato representada por sua Diretora de Administração Dra. **MARINA MEGALE**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 249.948.45-X SSP/SP e inscrita no CPF/MF nº 219.598.258-60, no uso da competência conferida pela Portaria PRE FPS/HSP n.º 10/2022 c/c Portaria PRE FPS/HSP 08/2025, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico nº .../..*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação do fornecimento e instalação de sistema de monitoramento de temperatura e respectiva manutenção, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

Página 1 | 19

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX |

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TOTAL
01	1	Sistema de monitoramento de temperatura	613203	Unidade	1	R\$
	2	Serviço de manutenção	16314	Unidade*	12	R\$

*Observação: Devido a limitação do Sistema a Unidade de Fornecimento "Unidade" equivale a "Mês".

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data do recebimento definitivo do sistema, após a sua devida instalação e operacionalização, sendo os 12 (doze) meses iniciais, relativos à garantia do fornecimento do Sistema indicado no item 01, e os 12 (doze) subsequentes, relativos aos serviços de manutenção indicados no item 02, os quais poderão ser prorrogados por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

Página 2 | 19

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

2.1.3. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.1.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.5. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.

2.1.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.8. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX |

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.

2.1.9. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da presente contratação é R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sendo R\$ XXXXXXXXXXXX relativo ao fornecimento do Sistema objeto do item 01 e R\$ XXXXXXXXXXXX relativo ao serviço de manutenção. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 08/05/2026.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-FIPE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/XXXX |

9.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.18. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.19. Após o término do período de garantia de 12 (doze) meses do objeto do item 01, a contratada deverá prestar os serviços de manutenção contínua – objeto do item 02, além de garantir a disponibilidade de peças para eventuais necessidades de substituição, por até 05 (cinco) anos.

9.1.19.1. Os serviços compreendem 1 (uma) visita mensal a ser programada em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 18:00h.

9.1.19.2. Além das visitas mensais programadas a CONTRATADA deverá atender chamados de manutenções corretivas emergenciais, sem limites de chamados, independente da data e horário do chamado, inclusive finais de semana e feriados dando o primeiro atendimento via remoto em até 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.19.3. A empresa deverá fornecer pelo menos dois canais de contato 24 (vinte e quatro) horas para chamados de manutenção corretiva.

9.1.20. Caso não solucione remotamente o problema, a CONTRATADA deverá em até 24 (vinte e quatro) horas efetuar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is):

1 - Agência Transfusional e Posto de Coleta Castelo Branco

Rua Ari Barroso, 355 – Osasco – SP

2 - Agência Transfusional do Mandaqui (localizada no prédio do Hospital)

Rua Voluntários da Pátria, 4227 – Santana – SP

3 - Posto de Coleta do Mandaqui (localizado no prédio do Posto de Coleta)

Rua Voluntários da Pátria, 4227 – Santana – SP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

4 - Agência Transfusional Dante Pazzanese (localizada no prédio do Hospital)

Av. Dr. Dante Pazzanese, 500 – Vila Mariana – SP

5 - Posto de Coleta Dante Pazzanese (localizado no prédio do Posto de Coleta)

Av. Dr. Dante Pazzanese, 500 – Vila Mariana – SP

6 - Posto de Coleta de Barueri

Rua Guilhermina Carril Loureiro, 144 – Centro – Barueri

7 - Agência Transfusional Instituto da Criança- ICR

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 647 - Cerqueira César, SP

8 - Agência Transfusional Instituto do Coração – INCOR

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 44 - Cerqueira César, SP

9 - Agência Transfusional Centro Cirúrgico

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 9º. andar - Cerqueira César, SP

10 - Almoxarifado

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 1º Subsolo - Cerqueira César, SP

11- Prédio dos Ambulatórios

Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, 155 – 1º andar - Cerqueira César, SP

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:** Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), bem como no art. 1º, § 2º,

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX**

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XXXX/XXXX** |

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, **XX** de maio de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

|

ANEXO III
PORTARIA PRE Nº 7 DE PENALIDADES



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 4 de abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

PORTARIA FPSHSP Nº 07, DE 3 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o procedimento para aplicação das sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo

O Presidente da **Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo**, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de regulamentar os procedimentos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal;

RESOLVE:

I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações e em outros ajustes regidos pela Lei nº 14.133/2021 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Portaria.

Art. 2º O licitante ou Contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional com a Fundação Pró Sangue Hemocentro de São Paulo que incidir nas infrações relacionadas no art. 155, ficará sujeito às seguintes sanções, previstas no art. 156, ambos da LLCA:

I - advertência;

II - multa na forma prevista no edital ou contrato, de no mínimo 0,5% a no máximo 30% do valor do ajuste;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do mesmo ente federativo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§1º A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, nos termos do § 9º do art. 156 da LLCA.

§2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Art. 3º Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º, desta Portaria, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como os danos que dela provierem para a Administração Pública;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apendos do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Fundação Pro Sangue Hemocentro de São Paulo, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

5. a reincidência na infração;

6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§2º São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo.
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

II – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

II. 1 Da Advertência

Art. 4º A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração.

II. 2 Da Multa

Art. 5º A multa prevista no inciso II do art. 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da LLCA, será calculada na forma prevista nesta Portaria e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

§ 1º No caso das infrações previstas nos incisos IV, V, VIII, IX, X e XI do artigo 155 da LLCA a multa será de 20% sobre o valor do contrato se firmado fosse ou da última proposta ofertada no certame.

Art. 6º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, nos termos do art. 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, observados os seguintes critérios:

I - 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

II - 1% (um por cento) ao dia, do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à do inciso I;

§1º Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sujeita a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, a critério da autoridade competente, que decidirá com fundamento na avaliação do Gestor do contrato

§2º Havendo observância de quaisquer das situações agravantes previstas no parágrafo primeiro do artigo terceiro acima, o percentual destacado no parágrafo primeiro deste artigo deverá ser majorado para 30% sobre o valor da obrigação não cumprida, assim como, da mesma forma, este percentual deverá ser reduzido para 10% caso seja observado qualquer das situações atenuantes previstas no parágrafo segundo do artigo terceiro acima.

§3º Os prazos referidos nos incisos I e II e parágrafo primeiro deste artigo considerarão dias corridos.

§4º No caso de prestação de serviços contínuos, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre a base mensal que seria paga à empresa contratada faltosa no mês em que houve o descumprimento da obrigação, devendo ser observada, também, a regra contida no parágrafo segundo deste artigo para fins de majoração ou diminuição da multa.

Art. 7º Verificado o descumprimento contratual no prazo e modo convenencionados, se o cumprimento da obrigação não mais atender aos critérios da oportunidade e conveniência administrativa, ou, ainda que haja interesse da Administração, o devedor não cumprir sua obrigação, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, com a promoção da extinção unilateral do contrato, e aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

Art. 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Art. 9º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, de imediata perda da garantia de proposta.

Art. 10º A Administração poderá deixar de cobrar a multa de valor inferior a 15 (quinze) UFE SP's, mantidos, entretanto, os registros no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

Art. 11. Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela Administração, contado do recebimento, pela contratada, da comunicação da recusa.

§1º O pedido de prorrogação para a entrega dos bens substituídos ou reexecução do objeto do contrato deverá, se o caso, ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§2º A ausência de regularização do objeto do contrato dentro do prazo determinado ensejara a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

II. 3 Do Impedimento de Licitar e de Contratar

Art. 12. A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I - por 2 (dois) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do art. 155;

II - por 4 (quatro) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do art. 155;

III - por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do art. 155;

IV - por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do art. 155.

§1º Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

§2º A aplicação da sanção prevista neste artigo impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do art. 156 da LLCA.

II. 4 Da Declaração de Inidoneidade

Art. 13. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave, por aquelas previstas nos incisos II a VII do caput do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou co

ntratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

§1º O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitado o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da LLCA.

§2º Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA, A (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

III – DO PROCESSO SANCIONATÓRIO

Art. 14. A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da licitação ou da execução contratual, à autoridade competente pelo certame ou contrato, a que estiver vinculado.

§ único Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Art. 15. Configurada a hipótese de aplicação das sanções de advertência ou multa, os responsáveis, uma vez instaurado o processo sancionatório, serão intimados para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da comunicação, cabendo à autoridade competente decidir sobre o sancionamento.

§ único Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constatada, para oportuna decisão conjunta.

Art. 16. Para a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá ser instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, indicados pela Diretoria de Administração, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§2º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§3º Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§4º Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à Diretoria de Administração para fins de avaliação do seu processamento.

§5º Após a avaliação do processamento pela Diretoria de Administração, os autos serão remetidos à análise jurídica, nos termos do § 6º do art. 156 da LCCA.

Art. 17. Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta resolução será encaminhado à Diretoria de Administração, a quem compete aplicar a sanção, nos termos da Portaria PRE nº 10/2022, ou outra que venha a substituí-la.

Art. 18. Após a avaliação do processamento e a análise jurídica, em caso de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, o relatório final da comissão a que alude o artigo 15 desta Portaria será encaminhado ao Diretor Presidente, autoridade competente para aplicação da referida sanção, nos termos do inciso I do § 6º do art. 156 da LLCA.

Art. 19. Da decisão da autoridade que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação, nos termos do art. 166 da LLCA.

§1º O recurso de que trata o “caput” deste artigo será dirigido à autoridade sancionadora, que deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis decidir se mantém ou reconsidera a decisão recorrida.

§2º Caso a autoridade sancionadora decida pela manutenção da decisão recorrida, deverá, imediatamente, submeter o recurso à instância superior, que decidirá sobre as condições de admissibilidade e o seu mérito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do § único do art. 166 da LLCA.

Art. 20. Da decisão da autoridade que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação, e será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado de seu protocolo.

Art. 21. A imposição das sanções previstas na presente Portaria não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado à Administração.

Art. 22. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, até que sobrevenha a decisão final por parte da autoridade competente.

Art. 23. A intimação dos atos no processo sancionatório será feita mediante expedição de ofício ao(s) responsável (eis) relacionado(s) no Termo de Ciência e de Notificação ou na Autorização de Serviços ou de Compras, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico neles indicados, o qual deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§1º Resultando infrutífera a intimação a que se refere o “caput” deste artigo, será efetuada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE, por 3 (três) vezes consecutivas

§2º Nos processos eletrônicos instaurados nesta Administração, as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Art. 24. Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa aplicada, não ocorrendo a quitação pelo sancionado, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Art. 25. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida ou suspensa nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 158 da LLCA.

Art. 26. Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei, nos termos do art. 159 da LLCA.

Art. 27. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, neste caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 28. Independentemente da instauração de processo sancionatório, caso constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, a autoridade competente

te poderá determinar, quando a medida se revelar de interesse público, a suspensão da execução do contrato, mediante comunicação expressa aos responsáveis indicados no Termo de Ciência e de Notificação, desde que avaliados os aspectos a que se refere o artigo 147 da LLCA.

Art. 29. Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Art.30. Encerrada a instância administrativa, as sanções aplicadas deverão ser registradas na Relação de Apenados do TCESP, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas às autoridades competentes para fins de anotações nos demais cadastros de controle, inclusive às entidades profissionais, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

Art. 31. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo,

§ único. A sanção pela apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame, por prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato, bem como pela prática de ato lesivo, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável

IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A presente Portaria deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei federal nº 14.133/2021, revogadas as disposições contrárias, em especial a Portaria PRE nº 07/2011 de 23 de maio de 2011.

|

ANEXO IV
MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

À FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE – HEMOCENTRO DE SÃO PAULO,

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Sistema de monitoramento de temperatura	613203	Unidade	1	R\$ XX	R\$ XXXX
	2	Serviço de manutenção	16314	Unidade ⁽¹⁾	12	R\$ XX	R\$ XXXX
TOTAL DO GRUPO 1						R\$ XXXX	
(1) Por limitação do sistema Compras.Gov, “Unidade” equivale à unidade “Mês”							

	Itens a serem fornecidos	Qtdd	Valor Unitário	Valor Total	%
1	Software				
2	Servidor				
3	Equipamentos da Central de Monitoramento				
4	Datalogger, coletor ou registrador de dados ⁽¹⁾				
5	Sondas Digitais ⁽¹⁾				
6	Pontos de Acesso ⁽¹⁾				
7	Outros				
	TOTAL				100%
1	Manutenção preventiva e corretiva		Valor unitário anual		(2)

⁽¹⁾ O quantitativo destes itens será de responsabilidade da CONTRATADA, uma vez que a CONTRATANTE não tem como estipular tais valores em virtude das tecnologias que existem no mercado.

⁽²⁾ O valor unitário anual de manutenção limitado a 10% do valor total declarado no item 8 dessa planilha.

Obs1: Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência.

Obs2: As licitantes poderão consignar em suas propostas, expressamente, a opção de se utilizarem da faculdade de isenção do ICMS, mediante Decreto nº 48.034, de 19 de agosto de 2023 – somente empresas localizadas no Estado de São Paulo

Dados da Empresa:

Razão Social:

Nome fantasia:

E-mail:

Telefone:

Responsável:

Dados Bancários:

Banco do Brasil (001)

Agência:

Conta:

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

|

ANEXO VII
ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

ÍNDICE DE AVALIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Nº FORMULA	FORMULA		ÍNDICE	INDICA	VALORES DE REFERÊNCIA	
	SIGLA	DISCRIMINAÇÃO				
I	AC PC	<u>ATIVO CIRCULANTE</u> PASSIVO CIRCULANTE	LIQUIDEZ A CURTO PRAZO	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO CIRCULANTE PARA CADA R\$ 1,00 DE PASSIVO CIRCULANTE	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO
II	AC+RLP PC+ELP	<u>ATIVO CIRC + REALIZ</u> PASS. CIRC + ELP	LIQUIDEZ A CURTO E LONGO PRAZO	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL PARA CADA R\$ 1,00 DE PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO
III	PC+ELP PL	<u>PASS. CIRC. + ELP</u> PATR. LÍQUIDO	ENDIVIDAMEN- TO A CURTO E A LONGO PRA- ZO EM RELAÇÃO AO PATRIMONIO LÍQUIDO	QUANTO A EMPRESA TEM DE DÍVI- DAS PARA CADA R\$ 1,00 DE PATRI- MONIO LÍQUIDO	INFERIOR OU IGUAL A R\$1,50 SUPERIOR A R\$1,50	APTO INAPTO
IV	AP PL + ELP	<u>INVEST+IMOB+INTANG</u> PATR. LIQ. + ELP	IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	QUANTO A EMPRESA APLICOU NO ATIVO PERMANENTE PARA CADA R\$ 1,00 DO PATRIMONIO LÍQUIDO E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	INFERIOR OU IGUAL A R\$1,50 SUPERIOR A R\$1,50	APTO INAPTO
V	AT PC+ELP	<u>ATIVO TOTAL</u> PASS. CIRCULANTE + ELP	SOLVÊNCIA GERAL	QUANTO A EMPRESA POSSUI DE RECURSO DO ATIVO TOTAL PARA CADA R\$ 1,00 DE DÍVIDAS TOTAIS	SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00 INFERIOR A R\$1,00	APTO INAPTO

Critério de avaliação:

O licitante será APROVADO quando for considerado APTO em pelo menos três índices.

APTO INDICE I - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00

APTO INDICE II - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$1,00

APTO INDICE III - VALOR INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1,50

APTO INDICE IV - VALOR INFERIOR OU IGUAL A R\$ 1,50

APTO INDICE V - VALOR SUPERIOR OU IGUAL A R\$ 1,00

ANEXO VII
PORTARIA PRE Nº 2
CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 27 de fevereiro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

PORTARIA FPSHSP PRE N.º 02, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025

Institui o Código de Ética da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo

O Diretor Presidente da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, no exercício de suas atribuições e com a aprovação do Conselho Curador conforme deliberação ocorrida na 246ª Reunião Ordinária de referido Conselho **RESOLVE**:

Artigo 1º Instituir o Código de Ética da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, estabelecendo os princípios e normas de conduta ética, sem prejuízo dos deveres e proibições legais e regulamentares, a serem observadas, na forma do Anexo I desta Portaria.

Artigo 2º - Caberá à Comissão de Ética da Fundação promover ampla divulgação do Código de Ética e Conduta.

ANEXO I

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DA FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE HEMOCENTRO DE SÃO PAULO Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Artigo 1º - O Código de Ética e Conduta da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo (FPS) tem por objetivo estruturar os princípios e valores que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais, nas relações internas e externas à FPS.

Artigo 2º - Este Código de Ética e Conduta é de observância obrigatória por todos colaboradores, assim entendidos os membros da Diretoria Executiva, profissionais do quadro permanente, ocupantes de cargos de confiança, profissionais ou servidores requisitados ou cedidos de outros órgãos públicos, profissionais de empresas prestadoras de serviços, estagiários, estudantes, residentes e todos aqueles que, de forma individual ou coletiva, por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico, prestem serviços à FPS, de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS

Artigo 3º - A FPS observará os princípios constantes no art. 37 da Constituição Federal, zelando pela observância da probidade administrativa, da integridade, da dignidade da pessoa humana, da urbanidade, da transparência, da honestidade, da lealdade, do repúdio ao preconceito e ao assédio, do respeito à diversidade, da responsabilidade social e do desenvolvimento sustentável, do interesse público, do sigilo profissional, e dos demais princípios norteadores já consagrados da Administração Pública.

Artigo 4º - Os princípios éticos, tais como o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais, deverão ser considerados em todas as decisões dos colaboradores, bem como em todos os relacionamentos empreendidos no âmbito da FPS, com o objetivo de contribuir para a construção e a consolidação da identidade da FPS como uma instituição que preza pela preservação da ética em todos os seus atos e instâncias.

CAPITULO III – DOS COMPROMISSOS DE CONDUTA

Artigo 5º - Os compromissos de conduta constantes deste Código estarão em conformidade e decorrerão dos princípios e valores fundamentais indicados neste instrumento.

§1º Os princípios e valores indicados devem estar refletidos nos relacionamentos nos âmbitos interno e externo à FPS, em conformidade com o que dispõem os artigos 3º e 4º deste Código, sempre zelando pela imagem, reputação e integridade institucional.

§ 2º O acesso e o tratamento de dados pessoais deverão ser protegidos nos termos da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 (LGPD), bem como dos dispositivos específicos das normas que regem a proteção de dados dos candidatos à doação e pacientes, incluindo as limitações de divulgação interna junto aos colaboradores, bem como a terceiros.

Artigo 6º - A atuação do colaborador da FPS deverá estar alinhada com o interesse público, respeitadas as razões que motivaram a sua criação e suas finalidades, sem concessões à influência de interesses particulares, partidários ou pessoais.

Artigo 7º - O colaborador, no exercício da liberdade de expressão, deve utilizar adequadamente os canais externos de comunicação, mesmo que pessoais, tais como redes sociais (Instagram, Facebook, X, dentre outros), bem como os canais formais mantidos pela FPS para manifestar opiniões, sugestões, reclamações, críticas e denúncias, engajando-se na melhoria contínua dos processos e procedimentos da FPS, resguardando a reputação desta bem como dos demais colaboradores.

Parágrafo único: Não serão toleradas manifestações que impliquem em injúria, calúnia ou difamação à colaboradores ou que possam trazer prejuízos imagem institucional da FPS.

CAPÍTULO IV - DO CONVÍVIO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Artigo 8º - O convívio no ambiente de trabalho deve estar embasado na cordialidade, no respeito mútuo, na equidade, no bem estar, na segurança, na colaboração e no espírito de equipe, na busca de um objetivo comum, de acordo com as finalidades institucionais, independentemente da posição hierárquica ou cargo, emprego ou função ocupada.

§1º Do colaborador da FPS são esperadas as seguintes condutas:

I – resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra, a isenção e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos dispostos neste Código e com os valores institucionais, escolhendo sempre, quando estiver diante de mais de uma opção legal, a que melhor se coadunar com a ética e com o interesse público;

II - contribuir com um ambiente de trabalho livre de ofensas, difamação, exploração, discriminação, repressão, intimidação, assédio moral ou sexual ou violência verbal ou não verbal;

III - compartilhar com os demais colegas os conhecimentos e as informações necessárias ao exercício das atividades próprias da instituição, respeitadas as normas relativas ao

sigilo;

IV - não permitir que interesses de ordem pessoal interfiram no trato com colegas, público em geral e no andamento dos trabalhos;

V - não prejudicar deliberadamente, no ambiente de trabalho ou fora dele, por qualquer meio, a imagem da FPS ou a reputação de seus colegas;

VI - não emitir opinião ou adotar práticas que demonstrem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, gênero, credo e quaisquer outras formas de discriminação ou que possam perturbar o ambiente de trabalho ou causar constrangimento aos demais colaboradores;

VII - buscar conhecer seus deveres e responsabilidades e considerar as expectativas do público a respeito de seu comportamento moral e ético, para conduzir-se de modo a manter e elevar a confiança do cidadão na FPS e contribuir para a efetiva prestação do serviço público;

VIII - ser organizado, eficiente e colaborativo na execução do trabalho de modo a contribuir para o aprimoramento das atividades de competência da FPS;

IX - atender todas as normas de segurança do trabalho, utilizando, quando exigido, os equipamentos de proteção individual, visando sempre evitar ou mitigar os impactos de eventual acidente de trabalho;

X - comparecer ao trabalho com vestuário compatível ao exercício do cargo ou função.

XI - conhecer a estrutura organizacional da FPS, respeitando suas competências e a hierarquia dos empregos e funções;

§2º As condutas descritas neste artigo são exemplificativas, não estando autorizadas as condutas não expressamente descritas que atentem contra a ética ou que vão de encontro à legislação e às demais normas internas da FPS.

CAPÍTULO V - DO RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO

Artigo 9º - Nas relações estabelecidas com públicos diversos, o colaborador deve apresentar conduta equilibrada e isenta, não participando de transações ou atividades que possam comprometer a sua dignidade profissional ou desabonar a sua imagem pública, bem como a da FPS.

Artigo 10 - O colaborador deverá pautar o seu comportamento consoante as seguintes diretrizes:

I - no relacionamento com a sociedade em geral: respeito aos valores, às necessidades e às boas práticas da comunidade, contribuindo para a construção e consolidação de uma consciência cidadã;

II - no relacionamento com autoridades públicas: respeito às regras protocolares e às respectivas competências e;

III - no relacionamento com a imprensa, quando se manifestar em nome do FPS e desde que devidamente autorizado para tanto: observância às normas e da posição oficial da FPS a respeito da questão objeto da manifestação, sempre com a prévia análise e alinhamento com a Divisão de Comunicação Corporativa;

IV - em viagens institucionais: atuação com urbanidade e cortesia;

V - no relacionamento com fornecedores: atuação com profissionalismo, impessoalidade e transparência, com atenção para os aspectos legais e contratuais envolvidos, com emissão

de manifestações, em qualquer forma de comunicação oficial, por meio de linguagem clara e apropriada ao contexto, sempre com a ciência da Divisão de Suprimentos e, sempre que possível, acompanhado de outro colaborador em reuniões profissionais com fornecedores e/ou potenciais fornecedores, resguardando-se de eventuais práticas desleais ou ilegais de terceiros;

VI – no relacionamento com hospitais abastecidos: atendimento com excelência e transparência, compreendendo as necessidades do hospital e agindo com empatia, eficiência e proatividade no fornecimento de hemocomponentes e serviços hemoterápicos;

VII – no relacionamento com candidatos à doação de sangue: acolhimento de forma respeitosa e humanizada procurando atendê-los com a maior presteza e agilidade, atuando sempre com profissionalismo e de acordo com padrões técnicos definidos pela FPS, comunicando-se de forma clara e adaptada ao perfil e particularidades de cada candidato à doação e mantendo-o sempre informado quanto aos procedimentos durante todas as etapas do processo de doação.

VIII – no relacionamento com proponentes doadores: atuação com profissionalismo, impessoalidade e transparência, com atenção para os aspectos legais pertinentes ao recebimento de doações, apoio e patrocínios pela administração pública, com emissão de manifestações, em qualquer forma de comunicação oficial, por meio de linguagem clara e apropriada ao contexto.

Artigo 11 - O atendimento ao público deve ser realizado com agilidade, presteza, qualidade, urbanidade e respeito, com fornecimento de informações claras e confiáveis, devendo o colaborador atuar de modo a harmonizar as relações entre o cidadão e a FPS.

Parágrafo único. Durante o atendimento, o colaborador deve adotar, entre outras, as seguintes condutas:

I - evitar interrupções por razões alheias ao atendimento;

II - manter clareza de posições e decoro, com vistas a motivar respeito e confiança do público em geral;

III - agir com profissionalismo em situações de conflito, procurando manter o controle emocional; e

IV - orientar e encaminhar corretamente o cidadão quando o atendimento precisar ser realizado em outra unidade/setor ou órgão.

CAPÍTULO VI - DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Artigo 12 – O colaborador deverá zelar pela economicidade do material e conservação do patrimônio público, utilizando os recursos, equipamentos e serviços disponibilizados pela FPS forma adequada, consciente, eficiente e sustentável e sempre com destinação voltada às atividades profissionais e ao interesse do serviço público.

CAPÍTULO VII – DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Artigo 13 - O colaborador está obrigado a guardar sigilo sobre as informações a que teve acesso e de que teve conhecimento em função de suas atribuições, preservando o sigilo de acordo com as normas em vigor.

§ 1º O colaborador deve zelar pelas informações mantidas pela FPS, comunicando à autoridade competente toda e qualquer forma de manipulação indevida ou desvio do uso

de informação, assim como toda situação de vulnerabilidade ou fragilidade de que tenha conhecimento e que coloque as informações sob o risco de serem violadas ou acessadas por pessoas não autorizadas.

§ 2º É vedado ao colaborador disponibilizar, por qualquer meio ou atividade, informações que beneficiem particulares, em detrimento do interesse público, permitam burlar os controles exercidos pela administração ou coloquem em risco a imagem da FPS.

Artigo 14 - O colaborador deverá tomar as medidas cabíveis a fim de assegurar que dados pessoais sejam acessados e/ou tratados somente por pessoas que necessitem dessas informações, na realização de suas tarefas, e que sejam coletados apenas dados estritamente necessários à realização das atividades, em especial aqueles classificados como sensíveis pela Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como aquelas protegidas por sigilo por dispositivos específicos das normas que regem a proteção de dados dos doadores e pacientes.

Artigo 15 - As comunicações institucionais deverão ser realizadas apenas por meio do e-mail corporativo, o qual não deverá ser utilizado para tratamento de assuntos pessoais.

Parágrafo único: É vedada a divulgação ou compartilhamento de imagens, vídeos ou qualquer outro tipo de informação de caráter exclusivamente interno, sem avaliação prévia da Divisão de Comunicação Corporativa.

Artigo 16 - O acesso a redes sociais e streamings somente é permitido para visualização a conteúdos institucionais tais como palestras, webinars e treinamentos institucionais e desde que não prejudiquem a execução do trabalho, em especial o atendimento ao público, aos candidatos à doação e aos hospitais abastecidos.

Artigo 17 - É vedada ao colaborador a divulgação ou publicação, em nome próprio, de dados, programas de computador, metodologias ou outras informações, produzidos no exercício de suas atribuições funcionais ou na participação em projetos institucionais, inclusive aqueles desenvolvidos em parceria com outros órgãos, ressalvadas as situações de interesse institucional previamente autorizadas.

CAPÍTULO VIII - DO CONFLITO DE INTERESSES

Artigo 18 - O colaborador deve prevenir conflitos de interesse, devendo informar à autoridade competente qualquer caso que possa assim ser configurado.

Parágrafo único Quando da intenção de participação em atividades, remuneradas ou não, junto à iniciativa privada, havendo dúvidas, o colaborador poderá formular consulta à Comissão de Ética sobre a existência de conflito de interesses, cuja análise será realizada com a avaliação da atividade proposta e dos interesses públicos e privados envolvidos de modo a verificar se tal atividade pode, ou não, comprometer o interesse público ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

Artigo 19 - O colaborador não deve utilizar nem permitir o uso do seu cargo, função ou emprego ou do nome da FPS, para a promoção de opinião, produto, serviço ou empresa própria ou de terceiros.

Artigo 20 - É vedado o recebimento de compensação, vantagens financeiras ou benefícios, de qualquer espécie, ofertados por empresa contratada pela FPS, ou pelos seus prepostos,

colaboradores e eventuais subcontratados, relacionados de forma direta ou indireta ao objeto da contratação.

CAPÍTULO IX - DA CONDUTA NA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS

Artigo 21 - As despesas relacionadas à participação de colaboradores em eventos, como seminários, congressos, visitas e reuniões técnicas, no Brasil ou no exterior, que guardem correlação com as atribuições de seu cargo, emprego ou função, promovidos por instituição privada, deverão ser custeadas, preferencialmente, pela FPS.

§ 1º Excepcionalmente, observado o interesse público, a instituição promotora do evento poderá custear, no todo ou em parte, as despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do agente público, vedado o recebimento de remuneração.

§ 2º O convite para a participação em eventos custeados por instituição privada deverá ser encaminhado à Diretoria de Administração, ou a outra instância ou autoridade por ela designada, que indicará, em caso de aceitação, o representante adequado, tendo em vista a natureza e os assuntos a serem tratados no evento.

CAPÍTULO X - DA CONDUTA NO RECEBIMENTO DE PRESENTES E OUTROS BENEFÍCIOS

Artigo 22 - O colaborador não poderá aceitar, solicitar ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro colaborador para o mesmo fim.

Artigo 23 - O colaborador não receberá presentes, salvo nos casos protocolares.

§ 1º Nos casos em que o presente não possa, por qualquer razão, ser recusado ou devolvido sem ônus para o colaborador, o fato deve ser comunicado por escrito à chefia imediata e o material entregue, mediante recibo, ao setor responsável pelo patrimônio e almoxarifado da FPS para os devidos registros e destinações legais.

§ 2º Para fins deste Código, não caracteriza presente:

- I - prêmio em dinheiro ou bens concedidos ao colaborador por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;
- II - prêmio concedido em razão de concurso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural; e
- III - bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do agente público colaborador, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo agente público, em razão do cargo ou emprego que ocupa ou função que exerce.

Artigo 24 - Ao colaborador é permitido aceitar brindes.

§ 1º Entendem-se como brindes, os objetos que:

- I - não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas de caráter histórico ou cultural, desde que não ultrapassem o valor unitário R\$ 100,00 (cem reais).
- II - tenham periodicidade de distribuição não inferior a doze meses;
- III - sejam de caráter geral, e não se destinem a agraciar exclusivamente uma determinada pessoa.

§ 2º O colaborador não deverá vincular o uso do brinde, ainda que recebido a título de propaganda, à imagem institucional da FPS e de outros colaboradores no exercício de suas atribuições.

CAPÍTULO XI - DO NEPOTISMO

Artigo 25 - São vedadas as nomeações, contratações ou designações para favorecer um ou mais parentes, sejam por vínculo da consanguinidade ou da afinidade, em violação às garantias constitucionais de impessoalidade administrativa.

Parágrafo único. Aplicam-se as vedações dispostas no *caput* também quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajuste para burlar as restrições ao nepotismo, especialmente mediante nomeações ou designações recíprocas, envolvendo órgão ou entidade da administração pública, ou outras formas de nepotismo cruzado.

Artigo 26 - É vedada a manutenção de vínculo de subordinação, direto ou indireto, entre colaboradores que tenham relações de parentesco até o terceiro grau em linha ascendente, descendente ou por afinidade ou em relacionamento de caráter afetivo.

Artigo 27 - É vedada a contratação direta, sem licitação, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, que seja familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação, ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito da FPS.

CAPÍTULO XII - DAS VIOLAÇÕES AO CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

Artigo 28 - O descumprimento do Código de Conduta da Fundação Pró-Sangue poderá acarretar sanções disciplinares, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, por meio da instauração de processo administrativo, pela Comissão de Ética, após análise e apuração dos fatos, podendo acarretar, se o caso, também sanções administrativas no âmbito da Lei de Improbidade, bem como, a depender do evento, comunicação aos órgãos competentes para investigações dos fatos na esfera criminal.

Parágrafo único. Qualquer cidadão, ou entidade regularmente constituída é parte legítima para formular denúncia sobre violação a dispositivo deste Código.

CAPÍTULO XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 29 - É responsabilidade de todos os colaboradores observarem o disposto neste Código, bem como estimular o seu cumprimento integral.

Parágrafo único: Este Código deverá ser incluído no portfólio de todos os colaboradores no sistema da Gestão da Qualidade da FPS como documento institucional de leitura obrigatória e os colaboradores deverão realizar a leitura atenta e posterior confirmação de ciência no sistema.

Artigo 30 - Nos editais e contratos referentes a compras e prestação de serviços da FPS, deve constar dispositivo específico sobre a ciência e a responsabilidade da empresa contratada na observância deste Código.

§1º Os contratos que envolvam prestação de serviços com alocação de mão-de-obra de natureza continuada conterão cláusulas que imponham as seguintes obrigações aos contratados:

I - exigir de seus empregados a assinatura do Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética, consoante modelo constante do ANEXO A; e

II - apresentar declaração de que todos os seus empregados assinaram o Termo de Adesão ao Código de Conduta Ética e de que os referidos documentos encontram-se sob sua guarda, consoante modelo constante do ANEXO B.

§2º Por ocasião de suas prorrogações, os contratos administrativos em vigor na data de publicação deste Código deverão incluir, nos termos aditivos, cláusulas que contenham as obrigações a que se refere o *caput* e § 1º.

Artigo 31 - Em caso de dúvida sobre a aplicação deste Código de Conduta Ética e situações que possam configurar desvio de conduta, o colaborador poderá formular consulta à Comissão de Ética.

Parágrafo único. A Comissão de Ética adotará providências quanto à elaboração de cartilha ilustrativa, de caráter pedagógico, para divulgação entre todos os colaboradores com a inclusão dos principais temas abordados neste Código.

ANEXO A

TERMO DE ADESÃO

Código de Ética e Conduta da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo – FPS (a ser providenciado pela empresa contratada junto aos seus empregados)

Nome:

Cargo /Função :

Matrícula:

Empresa de Lotação:

Declaro que li e estou ciente e de acordo com normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Ética e Conduta da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo e comprometo-me a respeitá-las e cumpri-las integralmente.

Compreendo que o presente Código de Ética e Conduta reflete o compromisso com a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo, função ou emprego, ou fora dele.

Assumo, também, a responsabilidade de reportar à XXXXXXXX qualquer comportamento ou situação que esteja em desacordo com as normas, políticas e práticas estabelecidas no Código de Ética e Conduta.

A assinatura do Termo de Adesão e Compromisso ao Código de Ética e Conduta é expressão de livre consentimento e concordância do cumprimento das normas, políticas e práticas estabelecidas.

São Paulo, XX de XXXXXX de 20XX.

Nome do colaborador/Assinatura

ANEXO B

DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO E GUARDA

(a ser assinado pela empresa contratada e apresentada para a FPS)

Termo de Adesão e Compromisso de Observância ao Código de Ética e Conduta da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Processo Administrativo:

Nº Contrato:

Vigência do Contrato:

Objeto do Contrato:

Declaro para os devidos fins que o(s) empregado(s)/prestador(es) de serviços desta empresa lotado(s) na Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo, para o exercício de atividades profissionais na forma do contrato nº XX, assinaram o Termo de Adesão e Compromisso de Observância ao Código de Ética e Conduta da Fundação Pró-Sangue Hemocentro de São Paulo e estão sob a guarda desta empresa e poderão ser consultados a qualquer momento pela Fundação.

São Paulo, XX de XXXXXX de 20XX.

Nome da Empresa/Assinatura Responsável